

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – UBERLÂNDIA/MG

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 338/2025		A sessão pública será realizada na data e horário definidos no aviso/extrato do edital, no sítio: https://www.gov.br/compras/pt-br	
OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de materiais para pintura , em atendimento à Diretoria Administrativa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas Termo de Referência e seus anexos.			
Valor estimado			
R\$ 74.944,08 (setenta e quatro mil e novecentos e quarenta e quatro reais e oito centavos).			
Número da compra	Forma de Adjudicação	Exclusividade para ME/EPP	Reserva de cota para ME/EPP
90338/2025	Item/Lote	Sim	Não
Modo de disputa	Critério de julgamento	Registro de preços	Vistoria/visita técnica
Aberto	Menor preço	Não	Não
Amostra/Demonstração	Dedicação exclusiva de mão de obra	Garantia de execução	Instrumento contratual
Não	Não	Não	Nota de empenho de despesa ou outro instrumento hábil
Documentos de habilitação (ver apêndice do termo de referência)			
O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do Termo de Referência acima indicada.			
Pedidos de esclarecimentos ou impugnações			
Até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, pelo e-mail: licitacao@dmae.mg.gov.br			
Acompanhe as sessões públicas dos Pregões do DMAE - Uberlândia pelo endereço https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras , selecionando a Unidade Compradora nº "926287".			
O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Compras.gov.br, e, também, o processo administrativo na íntegra poderá ser acessado no Portal de Transparência do Município de Uberlândia: https://www.uberlandia.mg.gov.br/portal-da-transparencia/licitacoes-e-contratos/			

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – UBERLÂNDIA/MG

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 338/2025

(Processo Administrativo nº 738/2025 - Lei Federal nº 14.133/2021)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO “MENOR PREÇO” – ITEM/LOTE

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS

O **Diretor-Geral do Departamento Municipal de Água e Esgoto - DMAE**, no uso de suas atribuições legais, por delegação de poderes na forma do Decreto s/nº publicado no DOM nº 7060 de 10 de março de 2025 e pelo Decreto nº 21.567 de 1º de janeiro de 2025 e posteriores alterações, torna público que, por meio da Diretoria de Suprimentos, sediada na Avenida Rondon Pacheco, nº 6.400, bairro Tibery, CEP 38.405-142, Uberlândia/MG, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 20.154, de 2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, sendo a sessão pública realizada na data e horário definidos no aviso/extrato do edital.

1 - DO OBJETO: Contratação de empresa para **aquisição de materiais para pintura**, em atendimento à Diretoria Administrativa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas Termo de Referência e seus anexos.

1.2 – O valor global estimado é de R\$ 74.944,08 (setenta e quatro mil e novecentos e quarenta e quatro reais e oito centavos), conforme requisições nº 4555 e 4967/2025;

1.3 - DOS ITENS/GRUPOS E DA EXCLUSIVIDADE DE PARTICIPAÇÃO NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123/2006

1.3.1 - A licitação será dividida em Itens e Lote, sendo o Lote formado por um ou mais itens, conforme tabela constante do Modelo de Proposta – Anexo 04 deste Edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse. No entanto, para o Lote, deve o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3.2 - A licitação é destinada à participação exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, nos termos do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

1.4 - PREVALÊNCIA DO TERMO DE REFERÊNCIA: A descrição detalhada do objeto consta no Termo de Referência (Anexo 02) que deve ser analisada cuidadosamente pelas participantes da licitação, sendo que, em caso de divergência, com a especificação divulgada pelo site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, prevalecerá a descrição do Termo de Referência para efetivação da contratação.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1 - Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item 2.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 - A não observância do disposto no item 2.3 poderá ensejar sua desclassificação no momento da habilitação.

2.5 - No caso de itens ou grupos destinados à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, nos termos do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a obtenção do benefício fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caso permitida sua participação, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

2.6.1 - Nos termos do art. 4º, §§1º e 2º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para os itens cujo valor estimado por 1 (um) ano for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, não será aplicado o tratamento diferenciado previsto nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

2.7 - Quando permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, deverão ser observadas as normas previstas no art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021 e as exigências de habilitação específicas elencadas no Termo de Referência e seus anexos.

2.8 - Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1 - Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2 - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.3 - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.4 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.4.1 - Entende-se por impossibilitada de participar da licitação a empresa impedida de licitar/contratar com o Município de Uberlândia e/ou declarada inidônea para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública.

2.8.5 - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.6 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.7 - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.8 - Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.8.9 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8.10 - pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.8.11 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.9 - O impedimento de que trata o item 2.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10 - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2 e 2.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12 - O disposto nos itens 2.8.2 e 2.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13 - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.14 - A vedação de que trata o item 2.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 - Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1 - Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2 - Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3 - Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4 - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4 - Caso permitida sua participação, o licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5 - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (quando permitida sua participação) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006,

estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.5.1 - No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2 - Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, quando permitida sua participação.

3.6 - A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10 - Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1 - A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2 - Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1 - Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2 - Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 - Valor unitário e valor total do(s) item(ns).

4.1.1.1 - A proposta inicial, bem como os lances subsequentes, quando for caso, deverão ser registrados, em moeda corrente nacional (R\$) e limitado a 02 (duas) casas decimais (R\$ XX, XX).

4.1.2 - Marca/fabricante (quando for o caso, não sendo admitida a indicação de mais de uma marca para um mesmo item);

4.1.3 - Modelo/versão (se aplicável);

4.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7 - Na licitação que envolva os serviços prestados com dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão ou locação de mão de obra para fins de enquadramento tributário, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, cumprindo a licitante a responsabilidade de elaboração da proposta com a adequada incidência da tributação aplicável.

4.8 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais,

equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1 - O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.9 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.9.1 - Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos neste Edital e seus anexos.

4.10 - O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.11 - Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

4.12 - Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

5 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1 - Será desclassificada a proposta que identifique o licitante nos campos de cadastramento do portal (marca, descrição, fabricante, etc.).

5.2.2 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6 - O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

5.7 – Será desclassificada a proposta que não atender ao critério de julgamento definido no edital.

5.8 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.9 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.10 - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

5.11 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.12- O modo de disputa adotado será o “aberto”.

5.13- Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

5.13.1- A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.2- A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.3- Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.4- Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.5- Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14- Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15- Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16- Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17- No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18- Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19- Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20- Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.20.1- Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2- A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3- Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4- No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21- Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1- Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1- disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2- avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3- desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4- desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2- empresas brasileiras;

5.21.2.3- empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4- empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3 - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e constará na Ata de Encerramento que integrará os autos do processo licitatório.

5.22.4 - O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo definido pelo Pregoeiro, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5 - É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6 - DA FASE DE JULGAMENTO

6.1 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 5.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.1 - Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

6.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3 - Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

6.3.1 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2 - O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º), sem prejuízo do procedimento de descon sideração da personalidade jurídica indireta prevista no art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021 e no art. 166 do Decreto Municipal nº 20.154/2023.

6.3.3 - Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4 - Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5 - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5 e 2.6 deste edital.

6.6 - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7 - Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, a informação dos acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho utilizadas no cálculo do valor estimado pela Administração estão indicadas nas planilhas de custos e formação de preços que integram o edital como anexo.

6.7.1 - O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

6.8 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1 - Contiver vícios insanáveis;

6.8.2 - Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.8.3 - Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.3.1 - Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão

6.8.4 - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5 - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.9 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.9.1 - A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.9.1.1 - Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.9.1.2 - Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.10 - Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.10.1 - Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.10.2 - No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.10.3 - No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.10.4 - Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.11 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.12 - Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12.1 - Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12.2 - Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.12.3 - Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.12.4 - Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.12.5 - Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.13 - Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.13.1 - O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.13.2 - Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.14 - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.15 – Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.16 - Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.16.1 - Caso o Termo de Referência exija a apresentação de documentação anexa à amostra, esta deverá ser encaminhada juntamente com a amostra.

6.16.2 - Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

6.16.3 - É facultada prorrogação do prazo estabelecido no Termo de Referência para a apresentação de amostra, a partir de solicitação fundamentada por escrito pelo interessado, antes de findo o prazo

6.16.4 - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16.5 - No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.16.6 - Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.16.7 - Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras reprovadas deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

6.16.8 - Caso a amostra apresentada se enquadre aos padrões objetivamente estabelecidos no Termo de Referência e demais análises da Diretoria Requisitante a mesma será APROVADA e o solicitante será sumariamente classificado para aquele item.

6.16.9 - Ao fim, a Sessão Pública para análise das amostras será lavrada em Ata, que será publicada no sítio do DMAE, autuada no processo.

6.17 - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7 - DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 - Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.1.1 - A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2 - Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3 - Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4 - Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado, observada as condições específicas definidas no Termo de Referência.

7.5 - Os documentos exigidos para fins de habilitação serão anexados no sistema em campo próprio.

7.6 - Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7 - Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8 - Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9 - O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10 – Caso tenha sido definido no Termo de Referência, a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.10.1 - O licitante que optar por realizar vistoria prévia deverá promover AGENDAMENTO, observando as condições fixadas no Termo de Referência, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.10.2 - Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.11 - A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.11.1 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.12 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.12.1 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.13 - A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.13.1 - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo a ser definido pelo pregoeiro, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13.2 - Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.14 - A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.14.1 - Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14.2 - Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.15 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.15.1 - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.15.2 - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.16 - Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.17 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.13.1.

7.18 - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.19 - A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.20 - Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8 - DOS RECURSOS

8.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3 - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1 - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2 - o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3 - o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4 - na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.4.1 - Serão desconsiderados pelo Pregoeiro os recursos interpostos fora do sistema eletrônico ComprasGov.

8.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo,

encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.uberlandia.mg.gov.br.

9 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1 - Os licitantes ou contratados que descumprirem total ou parcialmente as normas administrativas ficarão sujeitos, sem prejuízo das demais responsabilidades, às sanções dispostas na referida norma federal e de acordo com o procedimento definido no Capítulo XIV na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e suas alterações, e expostas no Decreto Municipal nº 20.154, de 01 de fevereiro de 2023.

9.2 - Na aplicação das sanções, conforme resultado apurado em procedimento administrativo, em que sejam oportunizados a ampla defesa e o contraditório, serão considerados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a natureza e a gravidade da infração, os danos que o cometimento da infração ocasionar à Administração Pública, ao serviço e aos usuários, a vantagem auferida em virtude da infração, as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do licitante ou contratado.

9.3 - A cobrança de eventual valor referente às multas aplicadas será realizada nos termos do artigo 136 e seguintes do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

9.4 - A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções administrativas e, na hipótese de cumulação, serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.

9.5 - A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

9.6 - As sanções serão informadas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, ou outro que vier a substituí-lo

9.7 - Durante o processo administrativo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e suas alterações, como ato lesivo contra a administração pública, cópias necessárias à apuração da responsabilidade deverão ser remetidas à Controladoria Geral do Município, com despacho

fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

10 - DA FISCALIZAÇÃO

10.1 - Atendendo às exigências contidas no artigo 8, §3º da Lei Federal nº 14.133 de 2021 e suas alterações, a fiscalização e o gerenciamento da relação jurídica observarão o disposto no Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

10.2 - Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o Fiscal de Contrato ou a Comissão de Fiscalização de Contrato, conforme o caso, dará ciência à Contratada para adoção das providências necessárias para sanar os vícios, defeitos e/ou incorreções verificadas, como medidas administrativas iniciais.

10.3 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

10.4 - O Contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da Contratada.

10.5 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal de Contrato ou da Comissão de Fiscalização de Contrato, conforme o caso, serão encaminhadas ao Gestor de Contrato para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no inciso XVI do artigo 23 do Decreto Municipal nº 20.154 de 2023 e suas alterações.

10.6 - Caberá ao Gestor de Contrato o controle administrativo/financeiro necessário ao pleno cumprimento da contratação.

10.7 - Maiores deliberações acerca da gestão e fiscalização contratual estarão previstas no contrato ou instrumento equivalente.

11 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 - O pregoeiro declarará a vencedora por meio de relatório final, seguindo os autos posteriormente para a necessária adjudicação e homologação por parte do Ordenador de Despesas.

11.2 - A Licitante vencedora, após a homologação, conforme disposições contratuais consubstanciadas no Termo de Referência, será convocada para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de até 10 (dez) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação aplicável.

11.2.1 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo órgão contratante.

11.2.2 - Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os

licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

12 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3 - A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail: licitacao@dmae.mg.gov.br.

12.4 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.5 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as dos anexos.

13.10 - O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e www.uberlandia.mg.gov.br.

13.11 - Os endereços de e-mail informados na proposta comercial bem como os cadastrados no SICAF, serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente encaminhadas.

13.12 - Reputa-se como entregue e recebido, e-mail que não retornar com mensagem de erro.

13.13 - A empresa deverá incluir os domínios @uberlandia.mg.gov.br e @dmae.mg.gov.br na sua lista de e-mail confiáveis como forma de evitar que as comunicações sejam consideradas SPAM ou Lixo Eletrônico.

13.14 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO 01 – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO 02 - Termo de Referência

Apêndice do Termo de Referência - Documentos de Habilitação

ANEXO 03 – Relatório de Pesquisa de Preços

ANEXO 04 - Modelo de Proposta Comercial

ANEXO 05 - Minuta de Termo de Contrato

Uberlândia/MG, data da assinatura eletrônica.

Nome Arquivo: EDITAL PE 338.2025 - TINTAS.pdf

Documento assinado de forma digital por FABIO GUILHERME DEPIN

Certificado: **IBljANBg***wERFbJjZ**ZdpPj*****DAQAB**

Data: 12/12/2025 16:47:33

Documento assinado de forma digital por Rodrigo Sávio Couto de Lacerda

Certificado: **IBljANBg***vAxhEFr1**15B/J*****DAQAB**

Data: 12/12/2025 17:06:16



20251237818NEC/PAG

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ÍNDICE

1 - Informações Gerais	1
2 - Problema a ser resolvido e solução através da aquisição:	1
3 – Previsão no Plano de Contratações Anual:	1
4 – Requisitos da Contratação:	2
5 – Quantidades:	3
6 – Levantamento de Mercado e Alternativas:	3
7 – Estimativa do Valor e Publicidade do Orçamento:	3
8 - Escolha da Solução:	3
9 – Descrição do Restante da Solução, Manutenção e Assistência Técnica:	4
10 – Justificativa para Parcelamento ou Adjudicação Conjunta:	5
11 - Contratações Correlatas ou Interdependentes:	6
12 – Demonstrativo dos Resultados Pretendidos:	6
13 - Providências a Serem Adotadas para a Contratação e Execução:	6
14 – Possíveis Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras:	6
15 - Justificativa em cumprimento ao art. 18, §2º da Lei Federal nº 14.133, de 2021	6
16 – Posicionamento Conclusivo:	6

1 - Informações Gerais

DMAE – Departamento Municipal de Água e Esgoto

Área solicitante: Núcleo de Conservação Predial

Equipe responsável pela elaboração:

Gislene Guimarães Pereira

Descrição da necessidade da contratação:

A contratação de materiais de pintura é necessária para a manutenção e conservação dos edifícios e instalações do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia. A compra inclui tintas de diferentes tipos e cores, solventes e ferramentas essenciais para a pintura, como rolos, trinchas e lixas, visando garantir a proteção e a estética dos espaços.

2 - Problema a ser resolvido e solução através da aquisição:

A necessidade da contratação surge da degradação e do desgaste das instalações físicas do DMAE, um problema que, se não for resolvido, pode comprometer a proteção das superfícies contra intempéries e corrosão, levando a danos estruturais mais caros no futuro. A solução proposta é a aquisição de um kit completo de materiais de pintura, incluindo tintas e ferramentas, que permitirá às equipes de manutenção realizar os reparos necessários para proteger as estruturas, prolongar sua vida útil e manter o ambiente em boas condições, prevenindo problemas futuros e garantindo a eficiência operacional da autarquia.

3 – Previsão no Plano de Contratações Anual: (JUSTIFICAR SE NÃO FOR NECESSÁRIO)

Tendo em vista que o Plano de Contratações Anual ainda não é obrigatório por força do art. 38, parágrafo único do Decreto Municipal nº 20.154/2023, a previsão da presente contratação não foi prevista, pois não há PCA elaborado para este exercício.

4 – Requisitos da Contratação:

PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

Prazo de Entrega: O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da emissão da nota de empenho, em remessa única na localização

seguinte: Núcleo de Almoxarifado III, localizado na Av. Segismundo Pereira, nº 4500 – Bairro Novo Mundo, Uberlândia – MG.

Vigência do contrato:

O prazo de vigência da contratação será de 12 meses contado a partir da data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5 – Quantidades:

Compra de material de pintura para o Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia.

Item	Quant.	Unid.	Descrição do item
1	32	LA	TINTA ACRILICA P/PISO, COR CINZA MEDIO [LATA 18L]. Tinta acrílica p/pisos e pavimentos; Cobertura de aprox. 400m²/lata/demão; Base de Dispersão Aquosa de Copolímero Estireno-acrílico; acabamento fosco; antiderrapante; resistente à abrasão e intempéries; Cor Cinza médio; Lata 18L.
2	55	LA	TINTA LATEX PREMIUM, BRANCO GELO [LATA 18L]. Composição: Resina Acrilica Modificada; Pigmentos Ativos e Inertes Coalescentes Surfactantes Outros Aditivos e Agua; Diluicao Em Agua; Rendimento Min: 54m2 Por Demao; Branco Gelo; Acabamento Fosco; p/Ambientes Internos; Lata 18L
3	55	LA	TINTA LATEX PREMIUM, AZUL PROFUNDO [LATA 18L]. Composição: Resina Acrilica Modificada; Pigmentos Ativos e Inertes Coalescentes Surfactantes Outros Aditivos e Agua; Diluicao Em Agua; Rendimento Min: 54m2 Por Demao; azul profundo; Acabamento Fosco; p/Ambientes Internos; Lata 18L
4	21	GL	TINTA ESMALTE SINTETICO; AMARELO OURO [GALAO 3,6L]. Base: Resina Acrilica Pigmentos Ativos e Inertes Coalescentes Outros Aditivos e Agua; Diluente: Agua; S/Cheiro; Uso Interno e Externo p/Superficies Metalicas Galvanizadas Madeira e Alvenaria; Rendimento Min: 25M2/demao; amarelo ouro; Acab.Acetinado
5	14	GL	TINTA ESMALTE SINTETICO, BRANCO [GALAO 3,6L]. Base: Resina Acrilica Pigmentos Ativos e Inertes Coalescentes Outros Aditivos e Agua; Diluente: Agua; S/Cheiro; Uso Interno e Externo p/Superficies Metalicas Galvanizadas Madeira e Alvenaria; Rendimento Min: 25M2/demao; Branca; Acab.Acetinado
6	14	GL	TINTA ESMALTE, BASE D'AGUA, BRANCO GELO [3,6L]. Categoria Premium; Brilhante; Rend.acabado mín.ou superior a 70m²; Base: Resina Acrilica Pigmentos Ativos/Inertes; Coalescentes Outros Aditivos e Água; Diluente Água; S/Cheiro; Uso Interno/Externo p/Superfícies Metálicas Galvanizadas Madeira e Alvenaria

7	14	GL	TINTA ESMALTE, BASE AGUA, AZUL FRANCA [GALAO 3,6L]. Base: Resina Acrilica Pigmentos Ativos e Inertes Coalescentes Outros Aditivos e Água; Diluente: Água; S/Cheiro; Uso Interno e Externo p/Superfícies Metálicas Galvanizadas Madeira e Alvenaria; Rendimento Min: 70M²/demao; azul França; Acab.Acetinado
8	6	GL	TINTA ESMALTE SINTETICO, PRETO FOSCO [GL 3,6L]. Base: Resina Acrilica Pigmentos Ativos e Inertes Coalescentes Outros Aditivos e Água; Diluente: Água; Sem Cheiro; Uso Interno e Externo para Superfícies Metálicas Galvanizadas Madeira e Alvenaria; Rendimento Min: 25M²/demao; preta; Acab.Acetinado
9	6	GL	TINTA ESMALTE, SINTETICA, VERMELHA [GALAO 3,6L]. Base: Resina Acrilica Pigmentos Ativos e Inertes Coalescentes Outros Aditivos e Água; Diluente: Água; Sem Cheiro; Uso Interno e Externo para Superfícies Metálicas Galvanizadas Madeira e Alvenaria; Rendimento Min: 25M²/demao; vermelha; Acab.Acetinado
10	30	GL	THINNER MULTIUSO [GALAO 5L]. Thinner; Tipo Diluente; Composto de Acetato de Butila Acetato de Etila Metiletilcetona; Líquido Claro; Odor Não Perceptível; para Retoque para Aplicação Em Verniz; Conforme Norma Nbr / Abnt 7500;
11	20	LA	AGUARRAS SOLVENTE [LATA 5L]. Cor: Incolor; Litragem: 5 litros; Composto de hidrocarbonetos alifáticos. Isso confere um desempenho eficiente na solvência Ideal para diluição de esmaltes sintéticos tintas a óleo vernizes e complementos em resina alquídica; Baixo odor.
12	15	UN	FITA CREPE, BRANCA [48MMX50M]. Fita adesiva branca Ótima adesão a diversos tipos de superfície e materiais Medidas: 48mm x 50m Cor: Branca Peso 0 190kg
13	15	UN	FITA CREPE, BRANCA [24MMX50M]. Fita Adesiva Branca; Ótima Adesão A Diversos Tipos de Superfície e Materiais; Medidas: 24mm x 50m; Cor: Branca; Peso 500 00g; Material: Papel Crepado.
14	30	UN	ROLO DE PELE DE CARNEIRO [23CM]. Rolo para Pintura; de La Carneiro; anti-gota/respingo; Med. 23cm de Comprimento; lã baixa
15	30	UN	ROLO DE LA DE CARNEIRO C/CABO [9CMX9MM]. Rolo para Pintura; Lã de carneiro; anti-gota/respingo; Med. 9cm de Comprimento; Com Altura da lã de 9mm; Com Cabo; Suporte de Aço Galvanizado; Cabo Revest. de Pvc.
16	5	UN	PROLONGADOR C/EXTENSOR TELESCOPICO [ATE 3M]. Prolongador em estrutura de chapa de alumínio extensível e ajustável; Com Rosca; Compatível C/Rodas vassouras mops escovas e Rolos de pintura; Formato Rolo C/Rosca Em Umas Das Extremidades; Extensor Telescópico até 3 Metros; Revestido Em Plástico
17	3	UN	PROLONGADOR C/EXTENSOR TELESCOPICO [ATE 5M]. Prolongador em estrutura de chapa de alumínio extensível e ajustável; Com Rosca; Compatível C/Rodas vassouras mops escovas e Rolos de pintura; Formato Rolo C/Rosca Em Umas Das Extremidades; Extensor Telescópico até 5 Metros; Revestido Em Plástico

18	20	UN	TRINCHA, FILAMENTOS SINTETICOS [1 POL]. Trincha para pinturas multiuso 1 Polegada ou 25 4mm; Cabo de Plástico; Cerdas sintéticas; Chapa de Aço para fixação das cerdas
19	30	UN	TRINCHA, FILAMENTOS SINTETICOS [2 POL]. Trincha para pinturas multiuso 2 Polegada ou aproximadamente 51mm; Cabo de Plástico; Cerdas sintéticas; Chapa de Aço para fixação das cerdas
20	20	UN	TRINCHA, FILAMENTOS SINTETICOS [3 POL]. Trincha para pinturas multiuso 3 Polegadas ou 76 2mm; Cabo de Plástico; Cerdas sintéticas; Chapa de Aço para fixação das cerdas
21	10	UN	LAPIS P/CONSTRUCAO CIVIL [180X17X10MM]. Lápis p/marceneiro/carpinteiro/pedreiro (construção civil); Em madeira e grafite; P/marcação em madeira concreto tijolos e superfícies ásperas; Formato Hexagonal; Medidas aproximadas: 180x17x10mm.
22	100	UN	LIXA D AGUA P/ PAREDE Nº 180. 1A LINHA. Lixa para Construção Civil; de Carbureto de Silício; para Acabamento (lixa D'agua); Grao 180; Em Folha; Medindo 275 x 225 Mm; para Preparação de Superfície Metálica para Pintura; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes
23	100	UN	LIXA D AGUA P/ PAREDE Nº 80. 1A LINHA. Lixa para Construção Civil; de Carbureto de Silício; para Acabamento (lixa D'agua); Grao 80; Em Folha; Medindo 275 x 225 Mm; para Preparação de Superfície Metálica para Pintura; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes
24	33	LA	TINTA LATEX, BRANCO NEVE [LATA 18L]. Composição: Resina acrílica modificada; Pigmentos ativos e inertes; Coalescentes; Surfactantes; Outros aditivos e água; Diluição em água; Rendimento mínimo de 110m² por demão; Branco neve; Acabamento fosco; Para ambientes internos; Lata de 18L.
25	5	UN	DESEMPENADEIRA MADEIRA LISA C/CABO [14X26CM]. Desempenadeira de Madeira base Lisa 140mm x 260mm; Fabricada com madeira de lei; Seu design ergonômico c/ cabo em madeira
26	5	UN	DESEMPENADEIRA ACO, CABO EM PLASTICO [24X12CM]. Desempenadeira de aço; Tipo lisa; De 24x12cm; Com cabo de plástico.
27	10	UN	ESPATULA EM ACO INOX, CABO PLASTICO [12CM]. Espátula de aço inoxidável; Com cabo de madeira; De 12cm.

Prospecção de Soluções

A solução de aquisição de materiais de pintura é a única alternativa viável para a realização dos serviços de manutenção e conservação das instalações, pois não há possibilidade de terceirizar a totalidade do serviço, já que as demandas surgem de forma pontual e em diferentes locais. A compra direta dos materiais, como tintas, solventes e ferramentas, é a forma mais econômica e prática de garantir que as equipes de manutenção do DMAE possam realizar os trabalhos de pintura de forma autônoma e eficiente

7 – Estimativa do Valor e Publicidade do Orçamento:

Os valores estimados referentes aos itens constam no anexo, onde também figuram pesquisas de preços realizadas nos orçamentos com fornecedores, que fundamentam a estimativa de preços para a contratação. O orçamento deverá ser aberto, pois entendemos que dar o parâmetro econômico aos licitantes é mais vantajoso para a contratação em tela pois entendemos que o mercado se interessará mais pelo produto sabendo de antemão seu preço estimado.

Detalhamento da Solução Escolhida

8 - Escolha da Solução:

Após o levantamento de mercado e alternativas não foi possível encontrar nenhuma outra modelagem de contratação ou alternativa capaz de mitigar o problema enfrentado sem onerar a licitação.

<i>Soluções</i>	<i>Vantagens (pontos fortes)</i>	<i>Desvantagens (riscos, limitações, problemas)</i>
Solução 1 - Contratação de material de pintura para realização do serviço de forma própria (pelo órgão).	Oferece maior controle sobre o serviço, permitindo a realização de reparos emergenciais e programados com agilidade. Gera economia de custos a longo prazo por eliminar a dependência de mão de obra externa e permite que a equipe de manutenção do DMAE utilize o material de forma otimizada.	Requer mão de obra interna especializada para a realização dos serviços e demanda tempo da equipe para a execução, podendo atrasar outras tarefas.

9 – Descrição do Restante da Solução, Manutenção e Assistência Técnica:

A necessidade da contratação de materiais de pintura se evidencia pelo papel essencial da conservação e manutenção das instalações do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE). A aplicação de tinta não apenas melhora a estética, mas, mais importante, protege as superfícies contra a ação do tempo, umidade e corrosão, que poderiam levar a danos estruturais mais graves e custosos. A solução proposta visa equipar as equipes internas com os materiais necessários para a realização de reparos e serviços de pintura de forma contínua e autônoma, garantindo a longevidade e segurança dos edifícios.

10 – Justificativa para Parcelamento ou Adjudicação Conjunta:

Será adotado o parcelamento dos objetos do termo de referência, tendo em vista a viabilidade da divisão do objeto, além de buscar o dever de ampliação da competição e de se evitar a concentração de mercado, conforme previsão do art.40, §2º, incisos I e III, da lei federal 14.133/2021.

11 - Contratações Correlatas ou Interdependentes:

Não há contratação correlata ao presente caso.

12 – Demonstrativo dos Resultados Pretendidos:

Neste contexto, a finalidade pretendida com a aquisição é manter a integridade e a estética das instalações físicas do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), garantindo a proteção das superfícies contra desgastes naturais, intempéries e corrosão, e prolongando a vida útil do patrimônio da autarquia.

13 - Providências a Serem Adotadas para a Contratação e Execução:

Após a consolidação deste ETP, serão produzidas as fases a seguir:

Finalizar o Termo de Referência Provisório;

Realizar a pesquisa de preços e confeccionar o mapa de cotações;

Consolidar o Termo de Referência com os valores estimados na pesquisa de preços;

Confeccionar a requisição e demais documentos que instruirão o Documento de Formalização da Demanda;

Elaborar o Documento de Formalização da Demanda;

Enviar toda a documentação para a Diretoria de Suprimentos requerendo a abertura do processo licitatório.

Observação: Tais etapas serão realizadas pela Diretoria de Suprimentos e Procuradoria Administrativa Adjunta, motivo esse em que não se pontuou as datas de consolidações.

14 – Possíveis Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras:

Serão considerados critérios de sustentabilidade ambiental, em conformidade com a legislação vigente, especialmente quanto à utilização de materiais recicláveis ou biodegradáveis, à possibilidade de descarte ambientalmente adequado dos resíduos gerados, à redução no consumo de descartáveis e, sempre que possível, à exigência de certificações ambientais ou práticas sustentáveis por parte dos fornecedores.

Conclusão

15 - Justificativa em cumprimento ao art. 18, §2º da Lei Federal nº 14.133, de 2021

Os elementos opcionais que não foram contemplados neste estudo foram dispensados por não se adequarem ao caso concreto, conforme permissivo do art. 18, §2º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

16 – Posicionamento Conclusivo:

A aquisição dos materiais de pintura tem como objetivo abordar de maneira eficaz e econômica os problemas de desgaste e degradação das instalações do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE). Esta aquisição se destaca por assegurar a manutenção preventiva e corretiva do patrimônio da autarquia, garantindo a proteção e a longevidade dos seus edifícios e estruturas. É importante ressaltar que o DMAE, como prestador de serviços essenciais, demonstra com essa decisão o seu compromisso em manter a qualidade, a segurança e a integridade de suas instalações.

Uberlândia, 30 de julho de 2025

GISLENE GUIMARÃES PEREIRA
Supervisora Administrativa

FÁBIO GUILHERME DEPIN
Diretor Administrativo

Nome Arquivo: ESTUDO TECNICO PRELIMINAR REQ 4555 novo v2.pdf

Documento assinado de forma digital por ARTHUR HUMBELINO GONCALVES DOS SANTOS 12296266622

Certificado: **ba520a79***54eeba12**747eb*****78af1**

Data Validade: 02/02/2026

Data: 27/11/2025 09:20:37



ASSINATURA DIGITAL

bdbbc2935a5baf9f886d830ada80c4a6

Nome Arquivo: ESTUDO TECNICO PRELIMINAR REQ 4555 novo v2.pdf

Documento autenticado de forma digital por GISLENE GUIMARAES PEREIRA

Certificado: **c082bd07***1a4da5bb**1311b*****099e**

Data Validade Certificado: 04/02/2026

Data: 27/11/2025



ASSINATURA DIGITAL

33a655f8f028a4961f0f45525fd5d6fb

Nome Arquivo: ESTUDO TECNICO PRELIMINAR REQ 4555 novo v2.pdf

Documento autenticado de forma digital por NEIRIMAR DA SILVA

Certificado: **0499d9e1***924be547**a7ad8*****4616**

Data Validade Certificado: 05/08/2026

Data: 27/11/2025



ASSINATURA DIGITAL

6982e9cf0ee4e8fffc70aa206aade99e

Nome Arquivo: ESTUDO TECNICO PRELIMINAR REQ 4555 novo v2.pdf

Documento autenticado de forma digital por FABIO GUILHERME DEPIN

Certificado: **858c3288***9b11f004**1adec*****eb67**

Data Validade Certificado: 07/02/2026

Data: 03/12/2025



ASSINATURA DIGITAL

fe433747c6b413a814b1f8ae31ae0643

Nome Arquivo: ESTUDO TECNICO PRELIMINAR REQ 4555 novo v2.pdf

Documento autenticado de forma digital por NEIRIMAR DA SILVA

Certificado: **0499d9e1***924be547**a7ad8*****4616**

Data Validade Certificado: 05/08/2026

Data: 11/12/2025



ASSINATURA DIGITAL

370dd31900670d9b67a79a38e5a851b8

Nome Arquivo: ESTUDO TECNICO PRELIMINAR REQ 4555 novo v2.pdf

Documento autenticado de forma digital por FABIO GUILHERME DEPIN

Certificado: **858c3288***9b11f004**1adec*****eb67**

Data Validade Certificado: 07/02/2026

Data: 12/12/2025



ASSINATURA DIGITAL

8a2f4e7a00b3b06401660703b5ab4895

Nome Arquivo: 1. Estudo Técnico Preliminar.pdf

Documento assinado de forma digital por FABIO GUILHERME DEPIN

Certificado: **IBljANBg***wERFbJjZ**ZdpPj*****DAQAB**

Data: 12/12/2025 16:47:33

Documento assinado de forma digital por Rodrigo Sávio Couto de Lacerda

Certificado: **IBljANBg***vAxhEFr1**15B/J*****DAQAB**

Data: 12/12/2025 17:06:16



20251237818NEC/PAG

TERMO DE REFERÊNCIA

Data	Órgão Solicitante	Número da requisição
03/09/2025	Núcleo de Conservação Predial	4555 e 4967/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO: Compra de material de pintura para o Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia.

Item	Quant.	Unid.	Descrição do item
1	32	LA	TINTA ACRILICA P/PISO, COR CINZA MEDIO [LATA 18L]. Tinta acrílica p/pisos e pavimentos; Cobertura de aprox. 400m²/lata/demão; Base de Dispersão Aquosa de Copolímero Estireno-acrílico; acabamento fosco; antiderrapante; resistente à abrasão e intempéries; Cor Cinza médio; Lata 18L.
2	55	LA	TINTA LATEX PREMIUM, BRANCO GELO [LATA 18L]. Composição: Resina Acrilica Modificada; Pigmentos Ativos e Inertes Coalescentes Surfactantes Outros Aditivos e Agua; Diluicao Em Agua; Rendimento Min: 54m2 Por Demao; Branco Gelo; Acabamento Fosco; p/Ambientes Internos; Lata 18L
3	55	LA	TINTA LATEX PREMIUM, AZUL PROFUNDO [LATA 18L]. Composição: Resina Acrilica Modificada; Pigmentos Ativos e Inertes Coalescentes Surfactantes Outros Aditivos e Agua; Diluicao Em Agua; Rendimento Min: 54m2 Por Demao; azul profundo; Acabamento Fosco; p/Ambientes Internos; Lata 18L
4	21	GL	TINTA ESMALTE SINTETICO; AMARELO OURO [GALAO 3,6L]. Base: Resina Acrilica Pigmentos Ativos e Inertes Coalescentes Outros Aditivos e Agua; Diluente: Agua; S/Cheiro; Uso Interno e Externo p/Superficies Metalicas Galvanizadas Madeira e Alvenaria; Rendimento Min: 25M2/demao; amarelo ouro; Acab.Acetinado
5	14	GL	TINTA ESMALTE SINTETICO, BRANCO [GALAO 3,6L]. Base: Resina Acrilica Pigmentos Ativos e Inertes Coalescentes Outros Aditivos e Agua; Diluente: Agua; S/Cheiro; Uso Interno e Externo p/Superficies Metalicas

			Galvanizadas Madeira e Alvenaria; Rendimento Min: 25M2/demao; Branca; Acab.Acetinado
6	14	GL	TINTA ESMALTE, BASE D'AGUA, BRANCO GELO [3,6L]. Categoria Premium; Brilhante; Rend.acabado mín.ou superior a 70m²; Base: Resina Acrílica Pigmentos Ativos/Inertes; Coalescentes Outros Aditivos e Água; Diluente Água; S/Cheiro; Uso Interno/Externo p/Superfícies Metálicas Galvanizadas Madeira e Alvenaria
7	14	GL	TINTA ESMALTE, BASE AGUA, AZUL FRANCA [GALAO 3,6L]. Base: Resina Acrilica Pigmentos Ativos e Inertes Coalescentes Outros Aditivos e Água; Diluente: Água; S/Cheiro;Uso Interno e Externo p/Superfícies Metalicas Galvanizadas Madeira e Alvenaria; Rendimento Min: 70M²/demao;azul França; Acab.Acetinado
8	6	GL	TINTA ESMALTE SINTETICO, PRETO FOSCO [GL 3,6L]. Base: Resina Acrilica Pigmentos Ativos e Inertes Coalescentes Outros Aditivos e Agua; Diluente: Agua; Sem Cheiro; Uso Interno e Externo para Superfícies Metalicas Galvanizadas Madeira e Alvenaria; Rendimento Min: 25M2/demao; preta; Acab.Acetinado
9	6	GL	TINTA ESMALTE, SINTETICA, VERMELHA [GALAO 3,6L]. Base: Resina Acrilica Pigmentos Ativos e Inertes Coalescentes Outros Aditivos e Agua; Diluente: Agua; Sem Cheiro; Uso Interno e Externo para Superfícies Metalicas Galvanizadas Madeira e Alvenaria; Rendimento Min: 25M2/demao; vermelha; Acab.Acetinado
10	30	GL	THINNER MULTIUSO [GALAO 5L]. Thinner; Tipo Diluente; Composto de Acetato de Butila Acetato de Etila Metiletilcetona; Liquido Claro; Odor Nao Perceptivel; para Retoque para Aplicacao Em Verniz; Conforme Norma Nbr / Abnt 7500;
11	20	LA	AGUARRAS SOLVENTE [LATA 5L]. Cor: Incolor; Litragem: 5 litros; Composto de hidrocarbonetos alifáticos. Isso confere um desempenho eficiente na solvência Ideal para diluição de esmaltes sintéticos tintas a óleo vernizes e complementos em resina alquídica; Baixo odor.
12	15	UN	FITA CREPE, BRANCA [48MMX50M]. Fita adesiva branca Ótima adesão a diversos tipos de superfície e materiais Medidas: 48mm x 50m Cor: Branca Peso 0 190kg
13	15	UN	FITA CREPE, BRANCA [24MMX50M]. Fita Adesiva Branca; Ótima Adesão A Diversos Tipos de Superfície e Materiais; Medidas: 24mm x 50m; Cor: Branca; Peso 500 00g; Material: Papel Crepado.
14	30	UN	ROLO DE PELE DE CARNEIRO [23CM]. Rolo para Pintura; de La Carneiro; anti-gota/respingo; Med. 23cm de Comprimento; lã baixa
15	30	UN	ROLO DE LA DE CARNEIRO C/CABO [9CMX9MM]. Rolo para Pintura; Lã de carneiro; anti-gota/respingo; Med. 9cm de Comprimento; Com Altura da lã de 9mm; Com Cabo;



			Suporte de Aço Galvanizado; Cabo Revest. de Pvc.
16	5	UN	PROLONGADOR C/EXTENSOR TELESCÓPICO [ATE 3M]. Prolongador em estrutura de chapa de alumínio extensível e ajustável; Com Rosca; Compatível C/Rodas vassouras mops escovas e Rolos de pintura; Formato Rolicho C/Rosca Em Umas Das Extremidades; Extensor Telescópico até 3 Metros; Revestido Em Plástico
17	3	UN	PROLONGADOR C/EXTENSOR TELESCÓPICO [ATE 5M]. Prolongador em estrutura de chapa de alumínio extensível e ajustável; Com Rosca; Compatível C/Rodas vassouras mops escovas e Rolos de pintura; Formato Rolicho C/Rosca Em Umas Das Extremidades; Extensor Telescópico até 5 Metros; Revestido Em Plástico
18	20	UN	TRINCHA, FILAMENTOS SINTÉTICOS [1 POL]. Trincha para pinturas multiuso 1 Polegada ou 25 4mm; Cabo de Plástico; Cerdas sintéticas; Chapa de Aço para fixação das cerdas
19	30	UN	TRINCHA, FILAMENTOS SINTÉTICOS [2 POL]. Trincha para pinturas multiuso 2 Polegada ou aproximadamente 51mm; Cabo de Plástico; Cerdas sintéticas; Chapa de Aço para fixação das cerdas
20	20	UN	TRINCHA, FILAMENTOS SINTÉTICOS [3 POL]. Trincha para pinturas multiuso 3 Polegadas ou 76 2mm; Cabo de Plástico; Cerdas sintéticas; Chapa de Aço para fixação das cerdas
21	10	UN	LÁPIS P/CONSTRUÇÃO CIVIL [180X17X10MM]. Lápis p/marceneiro/carpinteiro/pedreiro (construção civil); Em madeira e grafite; P/marcação em madeira concreto tijolos e superfícies ásperas; Formato Hexagonal; Medidas aproximadas: 180x17x10mm.
22	100	UN	LIXA D'ÁGUA P/ PAREDE Nº 180. 1ª LINHA. Lixa para Construção Civil; de Carbureto de Silício; para Acabamento (lixo D'água); Grao 180; Em Folha; Medindo 275 x 225 Mm; para Preparação de Superfície Metálica para Pintura; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes
23	100	UN	LIXA D'ÁGUA P/ PAREDE Nº 80. 1ª LINHA. Lixa para Construção Civil; de Carbureto de Silício; para Acabamento (lixo D'água); Grao 80; Em Folha; Medindo 275 x 225 Mm; para Preparação de Superfície Metálica para Pintura; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes
24	33	LA	TINTA LATEX, BRANCO NEVE [LATA 18L]. Composição: Resina acrílica modificada; Pigmentos ativos e inertes; Coalescentes; Surfactantes; Outros aditivos e água; Diluição em água; Rendimento mínimo de 110m² por demão; Branco neve; Acabamento fosco; Para ambientes internos; Lata de 18L.
25	5	UN	DESEMPENADEIRA MADEIRA LISA C/CABO [14X26CM]. Desempenadeira de Madeira base Lisa 140mm x 260mm; Fabricada com madeira de lei; Seu design ergonômico c/

			cabo em madeira
26	5	UN	DESEMPENADEIRA ACO, CABO EM PLASTICO [24X12CM]. Desempenadeira de aço; Tipo lisa; De 24x12cm; Com cabo de plástico.
27	10	UN	ESPATULA EM ACO INOX, CABO PLASTICO [12CM]. Espátula de aço inoxidável; Com cabo de madeira; De 12cm.

1.1 - Nenhum objeto desta contratação se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.2 - Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

Valor Estimado

1.3 – Os preços serão formados conforme Relatório de Pesquisa de Preços, que compõe a documentação que instrui esta demanda.

Prazo de Vigência

1.4 – O instrumento de contrato será substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço por se tratar de entrega imediata.

Do Reajuste Contratual

1.5 – O preço definido no instrumento contratual será fixo e irreajustável pelo período de 12 (doze) meses, contados da data da consolidação do orçamento estimado.

1.6 – É facultado o reajuste em sentido estrito, a pedido da contratada, contemplando a



variação do INPC (Índice de Preços do Consumidor) após 12 (doze) meses da data da consolidação do orçamento estimado, devendo o pedido ser formulado antes do advento da data base referente ao reajuste subsequente, sob pena de o silêncio ser interpretado como renúncia presumida

1.7 – Os efeitos financeiros do reajuste em sentido estrito serão devidos a partir da solicitação da contratada;

1.8 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.9 - A data de consolidação do orçamento é: determinada pelo Relatório de Pesquisas de Preços inserido pela Diretoria de Suprimentos.

1.10 – Havendo reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, ocorrerá a modificação da data-base, passando a mesma a coincidir com a data de concessão do reequilíbrio, sendo que os próximos reajustamentos anuais serão considerados a partir de então.

1.11 – A Contratada poderá solicitar o reajuste a qualquer tempo durante a vigência do contrato, até a data da prorrogação de sua vigência, observado o disposto no subitem nº 1.6 deste Termo.

1.12 - A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

1.13 – Caso a Contratada não requeira tempestivamente o reajuste e prorogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

2.1 A contratação se faz necessária, pois a presente aquisição, em consonância com a prática recorrente desta Autarquia, tem como objetivo garantir a manutenção, conservação e revitalização de suas instalações físicas, equipamentos e estruturas operacionais. A aquisição de materiais de pintura visa assegurar condições adequadas de trabalho, promover a conservação patrimonial e proporcionar um ambiente mais organizado, limpo e visualmente adequado para servidores e usuários.

Além disso, a contratação é essencial para repor o estoque atual e suprir o consumo regular de materiais de pintura no DMAE. Foi realizado levantamento do consumo médio nos últimos 36 meses, considerando-se os itens utilizados em manutenções corretivas e preventivas. Também foi levado em conta o tempo médio previsto entre o pedido, o processo licitatório e a entrega dos produtos, garantindo que o abastecimento ocorra de forma contínua e sem prejuízo às atividades operacionais do exercício de 2025.

2.2 Tendo em vista que o Plano de Contratações Anual ainda não é obrigatório por força do art. 38, parágrafo único do Decreto Municipal nº 20.154/2023, a previsão da presente contratação não foi prevista, pois não há PCA elaborado para este exercício.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 - A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 - Sustentabilidade: Serão considerados critérios de sustentabilidade ambiental, em conformidade com a legislação vigente, especialmente quanto à utilização de materiais recicláveis ou biodegradáveis, à possibilidade de descarte ambientalmente adequado dos resíduos gerados, à redução no consumo de descartáveis e, sempre que possível, à exigência de certificações ambientais ou práticas sustentáveis por parte dos fornecedores.

4.2 - Exclusividade de participação de ME e EPP: A presente licitação será exclusiva para participação de empresas enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, tendo em vista o enquadramento no art. 48, inciso I da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.3 - Participação de consórcios: A vedação à participação de empresas consorciadas ou agrupadas justifica-se porque o Município de Uberlândia coaduna com o entendimento de que a admissão de consórcios nas licitações é recomendada quando o objeto licitado for considerado de alta complexidade ou vulto, pois nestes casos está diretamente relacionada com a ampliação da competitividade, no sentido de permitir a participação de empresas que, isoladamente, não atenderiam a todos os requisitos de qualificação técnica e/ou econômico-financeira exigidos no instrumento convocatório. Em se tratando de licitações destinadas à aquisição de equipamento e/ou contratação de serviços comuns, não se vislumbra restrição no universo de possíveis licitantes, pois as empresas participantes, em sua maioria, já apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira para a execução de contratos dessa natureza. Nestes casos, portanto, a vedação à participação de consórcios não acarretará em prejuízos à competitividade do certame, muito pelo contrário, o objetivo é justamente evitar que a reunião de empresas por meio de consórcios, quando poderiam estar ofertando lances de modo individual, reduza o número de licitantes com propostas independentes, o que diminuiria, conseqüentemente, a concorrência, não sendo demais atentar quanto ao aumento da possibilidade de cartelização do mercado para manipular os preços nas licitações.

4.4 - Da participação de cooperativas: Será permitida a participação de Sociedades Cooperativas, e serão exigidos para fins de habilitação jurídica os documentos previstos no Apêndice deste Termo.

4.5 - Da Subcontratação: Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.5.1. Previsão legal de possibilidade de vedação: O art. 122 da Lei 14.133/2021 estabelece que a subcontratação é facultativa, admitindo-se que o regulamento ou o edital “vedem, restrinjam ou estabeleçam condições para a subcontratação”. Assim, é legítima e juridicamente aceitável a adoção de cláusula que impeça a subcontratação, desde que devidamente justificada no edital.

4.5.2. Evitar a simples intermediação ou “terceirização da contratação”: Permitir subcontratação integral do objeto contratual poderia transformar o contrato em mera intermediação, o que contraria o espírito da licitação, que busca identificar diretamente o prestador com capacidade técnica, operacional e responsabilidade jurídica. Em contratações de fornecimento de fornecimento de material de pintura a subcontratação total não se mostra adequada nem vantajosa à administração pública.

4.5.3. Preservação do interesse público e da economicidade: A contratação direta de uma empresa capaz de prover integralmente o serviço evita riscos relacionados a múltiplos prestadores intermediários, sobrepreço, informalidades, falhas de comunicação, descontinuidade no atendimento ou inexecução parcial. A vedação à subcontratação demonstra preocupação com a eficiência, qualidade e segurança da prestação de serviço, bem como com a economicidade e a melhor destinação dos recursos públicos. Diante do exposto, revela-se técnica e administrativamente justificável a adoção de cláusula no edital que vedará a subcontratação para o objeto “compra de material de pintura” contratada, garantindo que o licitante vencedor seja responsável direto pelo serviço, em todas as suas etapas, com os critérios de segurança, controle, manutenção e fiscalização exigidos pela autarquia.

4.6 - Da Cláusula Anticorrupção: Em atendimento ao Decreto Municipal nº 18.389/2019, para esta contratação, A CONTRATADA declara conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação, dentre elas, a Lei Anticorrupção (Lei Federal nº 12.846/2013) e o Decreto Municipal nº 18.389/2019 e se compromete a

cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por ela contratados.

4.6.1 - As Partes declaram que manterão até o final da vigência deste contrato conduta ética, honesta e transparente na execução do objeto do presente instrumento.

4.7 - A Contratada se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato:

4.7.1 - Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;

4.7.2 - Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados;

4.7.3 - Não empregar, direta ou mediante contrato de serviços ou qualquer outro instrumento, trabalho escravo ou infantil, salvo as exceções legalmente admitidas;

4.7.4 - Participar de todos e quaisquer treinamentos eventualmente oferecidos pela Contratante que sejam relativos a qualquer aspecto que consta da lei anticorrupção ou políticas internas de integridade da Contratante.

4.8 - A Contratada se obriga a comunicar imediatamente a Contratante, por escrito, caso tome conhecimento de que algum pagamento impróprio tenha sido realizado, direta ou indiretamente, por um de seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados.

5– MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1 - O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da emissão da nota de empenho, em remessa única na localização seguinte: Núcleo de Almoxarifado III, localizado na Av. Segismundo Pereira, nº 4500 – Bairro Novo Mundo, Uberlândia – MG.

5.2 - Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 - Horário de entrega: de segunda-feira à sexta-feira das 8h às 16h00.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4 O recebimento/aprovação do(s) material(s) e serviços pelo DMAE não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração as faculdades previstas no artigo 18 e seguintes da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e suas alterações.

5.5 Na falta de prazo mínimo para garantia dos itens especificados no presente Termo de Referência, utilizar-se-á os previstos no artigo 26 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990; sendo de 30 dias para bens e serviços não duráveis e de 90 dias para bens e serviços duráveis.

5.6 Todas as despesas tais como transporte, frete, carga e descarga serão de responsabilidade da empresa contratada.

5.7 Todas as tintas mencionadas nesse termo de referência (**Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10**) **deverão** ter os prazos de validade no ato da entrega **não inferior** a quatro anos, bem como ter todos padrões.

6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, designados conforme o Decreto Municipal nº 20.154, de 1º de fevereiro de 2023.
- 6.6** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.6.1** - O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência,

para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.6.2 - O fiscal do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual

6.7 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.7.1 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.8 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.10 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de

obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.11 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.12 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.13 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.14 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1.1 - Além do previsto neste termo, os procedimentos a serem adotados nos processos de liquidação e pagamento deverão observar o disposto na Portaria Conjunta SMF/CGM nº 19, de 13 de setembro de 2023.

Recebimento do Objeto

7.1 - Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 - Para os itens de contratação cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

7.5 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7- O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de (10) dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 125, § 4º do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

7.10 - O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.11 - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.13 - Haverá retenção na fonte do imposto de renda – IR, nos termos do Decreto Municipal nº 20.086/2022 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 1.234/2012, e suas alterações, da Receita Federal, inclusive no que se refere às isenções.

7.14 - As notas fiscais deverão ser emitidas em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa nº 1234/2012, e suas alterações, da Receita Federal, conforme dispõe o Decreto Municipal nº 20.086/2022, sob pena de não aceitação por parte do contratante.

7.15 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006 não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.16 - A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.17 - A Administração deverá realizar consulta ao SICAF, ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais, para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em contratação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.18 - Constatando-se, junto ao SICAF, ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais, a situação de irregularidade

do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.19 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20 - Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.21 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.22 - O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa e consequente assinatura da ordem de pagamento pela autoridade competente, conforme seção anterior, nos termos do art. 125, inciso II do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

7.22.1 - O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.23 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de

atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP$$

sendo:

I – Índice de Compensação Financeira, capitalizado diariamente em regime de juros simples, à taxa nominal de 6,0% (seis por cento) ao ano, ou de 0,5% (meio por cento) ao mês.

Cálculo do parâmetro “I”

$$I = (TX/100) / 365 = (6/100) / 365 = 0,00016438.$$

$$TX = 6,0\% \text{ a.a.}$$

VP = Valor do pagamento, ou da parcela em atraso.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

Forma de pagamento

7.24 - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.25 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.26 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista nas legislações aplicáveis e conforme previsto neste documento.

7.26.1 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.28 - Não serão retidos os valores correspondentes ao IR, conforme hipóteses do art.4º, IN 1.234/2012.

8 – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Obrigações da contratante

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

-
- 8.6** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 8.7** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 8.8** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9** Cientificar o órgão de representação judicial, quando for o caso, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive sobre eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.11** Deverá ser observado o prazo de 01 (um) mês, contado da data do protocolo do requerimento, fixado no art. 112 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023, caso não haja disposição legal ou prazo específico estabelecido no Termo de Referência, sendo admitida a prorrogação uma vez, por igual período, desde que motivado;
- 8.12** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Obrigações do contratado

-
- 8.14** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 8.15** Entregar o objeto nas quantidades, prazos e condições pactuadas, acompanhado do manual, folders, catálogo, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;
- 8.16** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990);
- 8.17** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso não tenha sido fixado prazo diverso no Termo de Referência;
- 8.18** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 8.19** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.20** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.21** Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação.
- 8.22** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela



fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; 6) Certidão Negativa de Débito Municipal.

- 8.23** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 8.24** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quando não for definido prazo diverso no Termo de Referência, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- 8.25** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 8.26** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021);
- 8.27** Quando solicitado, comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021);
- 8.28** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.29** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de

fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inc. II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

- 8.30** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 8.31** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência, se for o caso;
- 8.32** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato, quando aplicável;
- 8.33** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 8.34** Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do termo de referência ou instrumento congênere.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 – O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço do item e/ou lote.

9.2 – Será adotado o parcelamento dos objetos do termo de referência, tendo em vista a viabilidade da divisão do objeto, além de buscar o dever de ampliação da competição e de se evitar a concentração de mercado, conforme previsão do art.40, §2º, incisos I e III, da lei federal 14.133/2021.

Critério de julgamento da proposta

9.3 – Serão desclassificadas as propostas que permanecerem com quaisquer itens acima do orçamento estimado após todas as etapas de negociação.

Exigências de habilitação

9.4 – Para fins de habilitação, deverá o licitante atender os itens a seguir.

9.4.1 – Em caso de contratação de ME ou EPP cuja natureza do serviço vede o recolhimento na forma do SIMPLES NACIONAL nos termos do art. 17 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a mesma deverá, nos moldes e prazos estabelecidos na Receita Federal, promover seu desenquadramento do Simples Nacional, na forma do art. 30, § 1º, inc. II, da mesma Lei.

Habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista

9.5 Serão exigidos para fins de habilitação jurídica os documentos previstos no Apêndice deste Termo.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente desta aquisição correrá por conta da dotação orçamentária 1701

17 122 7001 2 381 3 3 9 0 30 – Material de Consumo, referente ao ano de 2025.

Uberlândia, 3 de setembro de 2025.

GISLENE GUIMARÃES PEREIRA
Supervisora Administrativa

REINALDO SEBASTIÃO BORGES
Coordenador Administrativo

FABIO GUILHERME DEPIN
Diretor Administrativo

APÊNDICE - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Habilitação jurídica

- A. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- B. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- C. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à

verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

- D. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- E. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- F. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- G. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- H. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
1. Em caso de participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
 2. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o

disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

3. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
 4. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
 5. O registro previsto na Lei Federal nº 5.764, de 1971, art. 107;
 6. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
 7. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
 8. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei Federal nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- I. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto Federal nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).
- J. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

- K. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- L. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- M. Prova de regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- N. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, conforme art. 195, §3º da CRFB/1988;
- O. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- P. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei Federal nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- Q. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- R. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Federal n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- S. Declaração firmada pela Licitante, com amparo do art. 68, inciso VI Lei Federal nº. 14.133, de 2021, que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade,

em trabalho de qualquer natureza, exceto na condição de menor aprendiz, a partir de 14 anos de idade

- T. Declaração firmada pela Licitante, com amparo do art. 63, inciso IV c/c art. 92, inciso XVII da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.

Habilitação econômico-financeira

A documentação para habilitação econômico-financeira, caso exigida, consta no Termo de Referência.

Qualificação técnica

A documentação para qualificação técnica, caso exigida, consta no Termo de Referência.

Nome Arquivo: TERMO DE REFERENCIA TINTAS REQ 4555 novo V3.pdf

Documento assinado de forma digital por ARTHUR HUMBELINO GONCALVES DOS SANTOS 12296266622

Certificado: **ba520a79***54eeba12**747eb*****78af1**

Data Validade: 02/02/2026

Data: 11/12/2025 13:05:25



ASSINATURA DIGITAL

43a39a04e4b44f5eb101cb4c2f3c2375

Nome Arquivo: TERMO DE REFERENCIA TINTAS REQ 4555 novo V3.pdf

Documento autenticado de forma digital por GISLENE GUIMARAES PEREIRA

Certificado: **c082bd07***1a4da5bb**1311b*****099e**

Data Validade Certificado: 04/02/2026

Data: 11/12/2025



ASSINATURA DIGITAL

abba894c938d2bf346a7f30551090ea4

Nome Arquivo: TERMO DE REFERENCIA TINTAS REQ 4555 novo V3.pdf

Documento autenticado de forma digital por NEIRIMAR DA SILVA

Certificado: **0499d9e1***924be547**a7ad8*****4616**

Data Validade Certificado: 05/08/2026

Data: 11/12/2025



ASSINATURA DIGITAL

9519db39620e7b5ea803f3d525e59dfc

Nome Arquivo: TERMO DE REFERENCIA TINTAS REQ 4555 novo V3.pdf

Documento autenticado de forma digital por REINALDO SEBASTIAO BORGES

Certificado: **d2620709***39e438c7**54f5e*****35c2**

Data Validade Certificado: 02/02/2026

Data: 11/12/2025



ASSINATURA DIGITAL

bffb6843d2957ca6e24f7ad5457290cf

Nome Arquivo: TERMO DE REFERENCIA TINTAS REQ 4555 novo V3.pdf

Documento autenticado de forma digital por FABIO GUILHERME DEPIN

Certificado: **858c3288***9b11f004**1adec*****eb67**

Data Validade Certificado: 07/02/2026

Data: 12/12/2025



ASSINATURA DIGITAL

8a721b093ced82cfd0081c6dbe55e442

Nome Arquivo: 2. Termo de Referencia.pdf

Documento assinado de forma digital por FABIO GUILHERME DEPIN

Certificado: **IBljANBg***wERFbJjZ**ZdpPj*****DAQAB**

Data: 12/12/2025 16:47:33

Documento assinado de forma digital por Rodrigo Sávio Couto de Lacerda

Certificado: **IBljANBg***vAxhEfr1**15B/J*****DAQAB**

Data: 12/12/2025 17:06:16



20251237818NEC/PAG

ANEXO 03**RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS 4555 & 4967/2025**

O presente relatório é resultado da pesquisa de preços a seguir discriminada, em cumprimento ao determinado na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 20.154/2023, e em conformidade com a Instrução Normativa nº 65/2021 SEGES– ME.

1 - OBJETO: Compra de material de pintura para o Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia. Informações complementares em anexo no termo de referência.

2 - PERÍODO DE REALIZAÇÃO: A pesquisa foi realizada no período de 19 de setembro de 2025 a 23 de outubro de 2025, com consolidação dos orçamentos no mapa 3 de dezembro de 2025.

3 - METODOLOGIA APLICADA: o valor de referência foi aferido por meio de (X) Média (X) Mediana () Menor Preço () Outra.

4 - ANÁLISE DA PESQUISA: A fundamentação adotada observa o disposto no Decreto Municipal nº 20.154/2023, no seu artigo 62, § 1º, baseado na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as recomendações do Manual de Orientação de Pesquisa de Preços do STJ e o entendimento do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1.445/2015), que disciplinam as diretrizes para pesquisa e formação de preços na Administração Pública. Após as amostragens dos valores apresentados para este certame, pelas fontes de pesquisas de preços em consonância ao entendimento do TCU, por meio do Acórdão supra citado, para formação dos valores estimados, chegaram-se aos resultados das análises de pesquisas de preços obtidos: OBS: Artigo 62, § 1º decreto municipal 20.154/23 - Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo agente responsável e aprovados pela autoridade competente. Método matemático aplicado: DESVIO PADRÃO - MÉDIA SANEADA INTERVALO DEFINE – INEXEQUÍVEL E SOBREPREGO – COEFICIENTE DE VARIAÇÃO: MÉDIA E MEDIANA – anexo planilha no mapa de cotação nos autos desse processo. CRITÉRIOS DE DEFINIÇÃO DOS VALORES ESTIMADOS Valores dos participantes deste certame considerados prováveis INEXEQUÍVEIS de acordo com a amostragem apresentada na planilha da MÉDIA SANEADA que estão fora do intervalo calculado (LI): TINTS MC (itens: 6,15,16 e 18), AUTO TINTAS UNIÃO (itens: 14 e 27), V&T MATERIAIS (itens: 1,2,5,8,9 e 11) e ÚLTIMA COMPRA (itens: 3,10 e 12). Valores dos participantes deste certame considerados prováveis SOBREPREGOS de acordo com a amostragem apresentada na planilha da MÉDIA SANEADA que estão fora do intervalo calculado (LS): ESTAÇÃO TINTAS (itens: 1,10,16 e 17), AUTO TINTAS (item: 26), TOK FINAL TINTAS (item: 6) e INTERNET (itens: 1,2,4,5,7,8,9,11,12,13,14,18 a 24 e 27). Análise conclusiva do critério utilizado da escolha dos valores estimados para esta contratação baseado no método matemático da tabela MÉDIA SANEADA. A escolha do critério dos valores com base na MEDIANA, (para os itens: 14 e 21 cujo julgamento de escolha está apresentado na planilha MÉDIA SANEADA coluna título “MÉTODO”) justifica-se pela busca de maior equilíbrio e representatividade nos valores apresentados neste certame. A mediana é um método estatístico que minimiza o impacto de valores extremos, garantindo que o valor escolhido seja mais próximo da realidade do mercado. A escolha do critério dos valores com base na MÉDIA, (para os itens: 1,2,4,5,8 a 13,15 a 20,22,23 e 27 cujo julgamento de escolha está apresentado na planilha MÉDIA SANEADA coluna título “MÉTODO”) pelos valores obtidos pelas empresas, internet e ou outras contratações públicas deste certame, para atender ao princípio da vantajosidade, previsto no art. 11 da Lei Federal 14.133/21, garantindo que a autarquia obtenha o melhor resultado em termos de custo-benefício. Também se alinha aos princípios da transparência e da igualdade, assegurando que as condições de concorrência sejam justas e que a escolha do fornecedor seja técnica e financeiramente sustentável. JUSTIFICATIVA PARA O NÚMERO REDUZIDO DE COTAÇÕES Nos termos do art. 62, § 4º, do Decreto Municipal nº 20.154/2023, excepcionalmente admite-se a formação do preço estimado com menos de três orçamentos, desde que devidamente justificada e ou § 1º poderão ser utilizados outros

critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo agente responsável e aprovados pela autoridade competente. A escolha do critério dos valores com base na MÉDIA, (para os itens: 3,6,7,24,25 e 26 cujo julgamento de escolha está apresentado na planilha MÉDIA SANEADA coluna título “MÉTODO”) pelos valores obtidos pelas empresas, internet e ou outras contratações públicas deste certame, para atender ao princípio da vantajosidade, previsto no art. 11 da Lei Federal 14.133/21, garantindo que a autarquia obtenha o melhor resultado em termos de custo-benefício. Também se alinha aos princípios da transparência e da igualdade, assegurando que as condições de concorrência sejam justas e que a escolha do fornecedor seja técnica e financeiramente sustentável. Apesar das tentativas formais de obtenção de cotações junto a fornecedores, outras contratações públicas e canais eletrônicos confiáveis, identificaram-se as seguintes limitações: Fornecedores não demonstraram interesse ou não responderam às solicitações por vias de emails e ou whatsapp, empresas apresentaram propostas incompletas ou sem os requisitos previsto na Lei 14.133/21, parte do(s) objeto(s) ou serviço(s) não atenderam especificidades técnicas contidas neste Termo de Referência, baixa disponibilidade no mercado, inexistência de marcas, complexidades e particularidades que restringem a oferta. Também vale ressaltar, que é essencial para esta contratação atender aos princípios de transparência e legalidade, entre as razões aceitáveis estão: adversidades, particularidades, marcas e complexidades das especificações do objeto(s) ou serviço(s). Todas as tentativas e negativas encontram-se anexadas aos autos, bem como as pesquisas de Editais, internet e última compra (DMAE). RESSALVAS: Verificou-se que parte dos fornecedores não apresentaram orçamentos em conformidade com o art. 63, III, do Decreto Municipal nº 20.154/2023 (identificação completa, data, CNPJ/CPF, contatos etc.). Tal fato decorre frequentemente de desconhecimento das exigências legais, falta de estrutura administrativa e desinteresse em participar de processos públicos. Mesmo assim, o setor responsável registrou todas as tentativas formais, garantindo boa-fé administrativa e cumprimento dos §§ 3º e 4º do art. 63 do referido Decreto. RESPONSABILIDADE TÉCNICA As especificações técnicas do(s) objeto(s) e ou serviço(s) contidos nos orçamentos, ETP e TR são de responsabilidade da área demandante, com certificação e validação da Unidade de Compras. Somente os valores utilizados no mapa de cotação compõem os valores estimados. Os demais valores não aproveitados permanecem anexados aos autos para garantir rastreabilidade, conforme determina o art. 23 da Lei nº 14.133/2021. CONCLUSÃO Diante do exposto, conclui-se que, os valores estimados foram definidos com base em métodos reconhecidos como: Manual de Orientação de Pesquisa de Preços do STJ e o entendimento do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1.445/2015), em conformidade com artigo 62, § 1º do Decreto Municipal 20.154/23, poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos, pelo agente responsável e aprovado pela autoridade competente, adequados e devidamente fundamentados, o mapa de cotação está alinhado com a legislação vigente e com as orientações dos órgãos de controle, as limitações encontradas na obtenção de cotações foram justificadas e registradas, os critérios adotados garantem economicidade, vantajosidade, transparência e segurança técnica ao processo. Assim, opino favoravelmente pela validação dos valores estimados e pela regularidade do procedimento, permitindo o prosseguimento da contratação.

Objeto	Valor Estimado - Unitário
1 Tinta acrílica p/pisos e pavimentos; Cobertura de aprox. 400m²/lata/demão; Base de Dispersão Aquosa de Copolímero Estireno-acrílico; acabamento fosco; antiderrapante; resistente à abrasão e intempéries; Cor Cinza médio; lata 18L.	RS 274,55
2 TINTA LATEX PREMIUM, BRANCO GELO [LATA 18L] Composição: Resina Acrílica Modificada; Pigmentos Ativos e Inertes Coalescentes Surfactantes Outros Aditivos e Água; Diluição Em Água; Rendimento Min: 54m2 Por Demão; Branco Gelo; Acabamento Fosco; p/ Ambientes Internos; Lata 18L.	RS 294,66
3 TINTA LATEX PREMIUM, AZUL PROFUNDO [LATA 18L] Composição: Resina Acrílica Modificada; Pigmentos Ativos e Inertes Coalescentes Surfactantes Outros Aditivos e Água; Diluição Em Água; Rendimento Min: 54m2 Por Demão; azul profundo; Acabamento Fosco; p/Ambientes Internos; Lata 18L. Poderá haver retenção de impostos.	RS 382,19
4 TINTA LATEX, BRANCO NEVE [LATA 18L] Composição: Resina acrílica modificada; Pigmentos ativos e inertes; Coalescentes; Surfactantes; Outros aditivos e água; Diluição em água; Rendimento mínimo de 110m² por demão; Branco neve; Acabamento fosco; Para ambientes internos; Lata de 18L.	RS 119,88
5 TINTA ESMALTE SINTÉTICO: AMARELO OURO [GALÃO]	RS 121,33

3,6L] Base: Resina Acrílica Pigmentos Ativos e Inertes Coalescentes Outros Aditivos e Água; Diluente: Água; S/Cheiro; Uso Interno e Externo p/Superfícies Metálicas Galvanizadas Madeira e Alvenaria; Rendimento Min: 25M2/demão; amarelo ouro; Acab. Acetinado	
6: TINTA ESMALTE SINTETICO, BRANCO [GALAO 3,6L] Base: Resina Acrílica Pigmentos Ativos e Inertes Coalescentes Outros Aditivos e Água; Diluente: Água; S/Cheiro; Uso Interno e Externo p/Superfícies Metálicas Galvanizadas Madeira e Alvenaria; Rendimento Min: 25M2/demão; Branca; Acab. Acetinado	R\$ 152,54
7 TINTA ESMALTE, BASE D'AGUA, BRANCO GELO [3,6L] Categoria Premium; Brilhante; Rend. acabado min. ou superior a 70m²; Base: Resina Acrílica Pigmentos Ativos/Inertes; Coalescentes Outros Aditivos e Água; Diluente: Água; S/Cheiro; Uso Interno/Externo p/ Superfícies Metálicas Galvanizadas Madeira e Alvenaria	R\$ 172,46
8 TINTA ESMALTE, BASE ÁGUA, AZUL FRANCA [GALAO 3,6L] Base: Resina Acrílica Pigmentos Ativos e Inertes Coalescentes Outros Aditivos e Água; Diluente: Água; S/Cheiro; Uso Interno e Externo p/Superfícies Metálicas Galvanizadas Madeira e Alvenaria; Rendimento Min: 70M²/demão; azul França; Acab. Acetinado.	R\$ 128,21
9 TINTA ESMALTE SINTETICO, PRETO FOSCO [GL 3,6L] Base: Resina Acrílica Pigmentos Ativos e Inertes Coalescentes Outros Aditivos e Água; Diluente: Água; Sem Cheiro; Uso Interno e Externo para Superfícies Metálicas Galvanizadas Madeira e Alvenaria; Rendimento Min: 25M2/demão; preta; Acab. Acetinado	R\$ 118,33
10 TINTA ESMALTE, SINTETICA, VERMELHA [GALAO 3,6L] Base: Resina Acrílica Pigmentos Ativos e Inertes Coalescentes Outros Aditivos e Água; Diluente: Água; Sem Cheiro; Uso Interno e Externo para Superfícies Metálicas Galvanizadas Madeira e Alvenaria; Rendimento Min: 25M2/demão; vermelha; Acab. Acetinado	R\$ 106,61
11 TINTA ESMALTE, SINTETICA, VERMELHA [GALAO 3,6L] Base: Resina Acrílica Pigmentos Ativos e Inertes Coalescentes Outros Aditivos e Água; Diluente: Água; Sem Cheiro; Uso Interno e Externo para Superfícies metálicas Galvanizadas Madeira e Alvenaria; Rendimento Min: 25M2/demão; vermelha; Acabamento. Acetinado	R\$ 112,19
12 AGUARRAS SOLVENTE [LATA 5L] Cor: Incolor; Litragem: 5 litros; composto de hidrocarbonetos alifáticos. Isso confere um desempenho eficiente na solvência Ideal para diluição de esmaltes sintéticos tintas a óleo vernizes e complementos em resina alquídica; Baixo odor. Poderá haver retenção de imposto.	R\$ 12,25
13 FITA CREPE, BRANCA [48MMX50M] Fita adesiva branca Ótima adesão a diversos tipos de superfície e materiais Medidas: 48mm x 50m Cor: Branca Peso 0 190kg poderá haver retenção de impostos.	R\$ 7,56
14 FITA CREPE, BRANCA [24MMX50M] Fita Adesiva Branca; Ótima Adesão A Diversos Tipos de Superfície e Materiais; Medidas: 24mm x 50m; Cor: Branca; Peso 500 00g; Material: Papel Crepado.	R\$ 52,72
15 ROLO DE PELE DE CARNEIRO [23CM] Rolo para Pintura; de La Carneiro; antigota/respingo; Med. 23cm de Comprimento; lâ baixa.	R\$ 16,01
16 ROLO DE LÂ DE CARNEIRO C/CABO [9CMX9MM] Rolo para Pintura; Lâ de carneiro; antigota/respingo; Med. 9cm de Comprimento; Com Altura da lâ de 9mm; Com Cabo; Suporte de Aço Galvanizado; Cabo Revest. de Pvc.	R\$ 42,44
17 PROLONGADOR C/EXTENSOR TELESCOPICO [ATE 3M] prolongador em estrutura de chapa de alumínio extensível e ajustável; Com Rosca; Compatível C/ Rodos vassouras mops escovas e Rolos de pintura; Formato Rolo C/Rosca Em Umas Das Extremidades; Extensor Telescópico até 3 Metros; Revestido Em Plástico.	R\$ 167,76
18 PROLONGADOR C/EXTENSOR TELESCOPICO [ATE 5M] Prolongador em estrutura de chapa de alumínio extensível e ajustável; Com Rosca; Compatível C/ Rodos vassouras mops escovas e Rolos de pintura; Formato Rolo C/Rosca Em Umas Das Extremidades; Extensor Telescópico até 5 Metros; Revestido Em Plástico	R\$ 4,80
19 TRINCHA, FILAMENTOS SINTETICOS [1 POL] Trincha para pinturas multiuso 1 Polegada ou 25 4mm; Cabo de Plástico; Cerdas sintéticas; Chapa de Aço para fixação das cerdas	R\$ 7,66
20 TRINCHA, FILAMENTOS SINTETICOS [2 POL] Trincha para pinturas multiuso 2 Polegada ou aproximadamente 51mm; Cabo de Plástico; Cerdas sintéticas; Chapa de Aço para fixação das cerdas	R\$ 13,73
21 TRINCHA, FILAMENTOS SINTETICOS [3 POL] Trincha para pinturas multiuso 3 Polegadas ou 76 2mm; Cabo de Plástico; Cerdas sintéticas; Chapa de Aço para fixação das cerdas.	R\$ 2,85
22	R\$ 2,30

LAPIS P/CONSTRUCAO CIVIL [180X17X10MM] Lápis p/marceneiro/carpinteiro/pedreiro (construção civil); em madeira e grafite; P/marcação em madeira concreto, tijolos e superfícies ásperas; Formato Hexagonal; Medidas aproximadas: 180x17x10mm.	
23 LIXA D ÁGUA P/ PAREDE Nº 180. 1A LINHA Lixa para Construção Civil; de Carbureto de Silício; para Acabamento (lixa D'agua); Grão 180; Em Folha; medindo 275 x 225 Mm; para Preparação de Superfície Metálica para Pintura; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	RS 2,55
24 LIXA D ÁGUA P/ PAREDE Nº 80. 1A LINHA Lixa para Construção Civil; de Carbureto de Silício; para Acabamento (lixa D'agua); Grão 80; Em Folha; medindo 275 x 225 Mm; para preparação de Superfície Metálica para Pintura; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	RS 259,77
25- DESEMPENADEIRA MADEIRA LISA C/CABO [14X26CM]	RS 24,20
26- DESEMPENADEIRA ACO, CABO EM PLASTICO [24X12CM]	RS 23,63
27- ESPATULA EM ACO INOX, CABO PLASTICO [12CM]	RS 24,43

Nome Arquivo: 3. Relatório de Pesquisa de Preços.pdf

Documento assinado de forma digital por FABIO GUILHERME DEPIN

Certificado: **IBljANBg***wERFbJjZ**ZdpPj*****DAQAB**

Data: 12/12/2025 16:47:33

Documento assinado de forma digital por Rodrigo Sávio Couto de Lacerda

Certificado: **IBljANBg***vAxhEfr1**15B/J*****DAQAB**

Data: 12/12/2025 17:06:16



20251237818NEC/PAG

ANEXO 04

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Processo Licitatório nº 338/2025	Proposta de Preços “Menor Preço” – Item/Lote	Modalidade Pregão Eletrônico
O DMAE, nos termos da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 20.154, de 1º de fevereiro de 2023 e demais normas pertinentes, torna público que será aberto o Processo Licitatório em epígrafe no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br .		
Data da Expedição: Conforme assinatura eletrônica.	A sessão pública será realizada na data e horário definidos no aviso/extrato do edital, no sítio: https://www.gov.br/compras/pt-br	
Razão Social	CNPJ	
Endereço (Bairro, CEP, etc.)	Inscrição Estadual	
Cidade/UF	Telefone/Fax E-mail	
E-mail corporativo para recebimento dos documentos da licitação:		
OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de materiais para pintura , em atendimento à Diretoria Administrativa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas Termo de Referência e seus anexos, bem como nas especificações abaixo:		

CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR ITENS – EXCLUSIVO PARA ME/EPP						
Item	Quant	Un.	Especificação	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	32	LA	TINTA ACRILICA P/PISO, COR CINZA MEDIO [LATA 18L]. Tinta acrílica p/pisos e pavimentos; Cobertura de aprox. 400m²/lata/demão; Base de Dispersão Aquosa de Copolímero Estireno-acrílico; acabamento fosco; antiderrapante; resistente à abrasão e intempéries; Cor Cinza médio; Lata 18L Conforme Termo de Referência			
02	55	LA	TINTA LATEX PREMIUM, BRANCO GELO [LATA 18L]. Composição: Resina Acrilica Modificada; Pigmentos Ativos e Inertes Coalescentes Surfactantes Outros Aditivos e Agua; Diluicao Em Agua; Rendimento Min: 54m2 Por Demao; Branco Gelo; Acabamento Fosco; p/Ambientes Internos; Lata 18L Conforme Termo de Referência			
03	55	LA	TINTA LATEX PREMIUM, AZUL PROFUNDO [LATA 18L]. Composição: Resina Acrilica Modificada; Pigmentos Ativos e Inertes Coalescentes Surfactantes Outros Aditivos e Agua; Diluicao Em Agua; Rendimento Min: 54m2 Por Demao; azul profundo; Acabamento Fosco; p/Ambientes Internos; Lata 18L Conforme Termo de Referência			
04	21	GL	TINTA ESMALTE SINTETICO; AMARELO OURO [GALAO 3,6L]. Base: Resina Acrilica Pigmentos Ativos e Inertes Coalescentes Outros Aditivos e Agua; Diluente: Agua; S/Cheiro; Uso Interno e Externo p/Superfícies Metalicas Galvanizadas Madeira e Alvenaria; Rendimento Min: 25M2/demao; amarelo ouro; Acab.Acetinado Conforme Termo de Referência			

05	14	GL	TINTA ESMALTE SINTETICO, BRANCO [GALAO 3,6L]. Base: Resina Acrilica Pigmentos Ativos e Inertes Coalescentes Outros Aditivos e Agua; Diluente: Agua; S/Cheiro; Uso Interno e Externo p/Superfícies Metálicas Galvanizadas Madeira e Alvenaria; Rendimento Min: 25M2/demao; Branca; Acab.Acetinado Conforme Termo de Referência			
06	14	GL	TINTA ESMALTE, BASE D'AGUA, BRANCO GELO [3,6L]. Categoria Premium; Brilhante; Rend.acabado mín.ou superior a 70m²; Base: Resina Acrilica Pigmentos Ativos/Inertes; Coalescentes Outros Aditivos e Água; Diluente Água; S/Cheiro; Uso Interno/Externo p/Superfícies Metálicas Galvanizadas Madeira e Alvenaria Conforme Termo de Referência			
07	14	GL	TINTA ESMALTE, BASE AGUA, AZUL FRANCA [GALAO 3,6L]. Base: Resina Acrilica Pigmentos Ativos e Inertes Coalescentes Outros Aditivos e Água; Diluente: Água; S/Cheiro;Uso Interno e Externo p/Superfícies Metálicas Galvanizadas Madeira e Alvenaria; Rendimento Min: 70M²/demao;azul França; Acab.Acetinado Conforme Termo de Referência			
08	6	GL	TINTA ESMALTE SINTETICO, PRETO FOSCO [GL 3,6L]. Base: Resina Acrilica Pigmentos Ativos e Inertes Coalescentes Outros Aditivos e Agua; Diluente: Agua; Sem Cheiro; Uso Interno e Externo para Superfícies Metálicas Galvanizadas Madeira e Alvenaria; Rendimento Min: 25M2/demao; preta; Acab.Acetinado Conforme Termo de Referência			
09	6	GL	TINTA ESMALTE, SINTETICA, VERMELHA [GALAO 3,6L]. Base: Resina Acrilica Pigmentos Ativos e Inertes Coalescentes Outros Aditivos e Agua; Diluente: Agua; Sem Cheiro; Uso Interno e Externo para Superfícies Metálicas Galvanizadas Madeira e Alvenaria; Rendimento Min: 25M2/demao; vermelha; Acab.Acetinado Conforme Termo de Referência			
10	30	GL	THINNER MULTIUSO [GALAO 5L]. Thinner; Tipo Diluente; Composto de Acetato de Butila Acetato de Etila Metiletilcetona; Liquido Claro; Odor Nao Perceptivel; para Retoque para Aplicacao Em Verniz; Conforme Norma Nbr / Abnt 7500 Conforme Termo de Referência			
11	20	LA	AGUARRAS SOLVENTE [LATA 5L]. Cor: Incolor; Litragem: 5 litros; Composto de hidrocarbonetos alifáticos. Isso confere um desempenho eficiente na solvência Ideal para diluição de esmaltes sintéticos tintas a óleo vernizes e complementos em resina alquídica; Baixo odor Conforme Termo de Referência			
12	15	UN	FITA CREPE, BRANCA [48MMX50M]. Fita adesiva branca Ótima adesão a diversos tipos de superfície e materiais Medidas: 48mm x 50m Cor: Branca Peso 0 190kg Conforme Termo de Referência			
13	15	UN	FITA CREPE, BRANCA [24MMX50M]. Fita Adesiva Branca; Ótima Adesão A Diversos Tipos de Superfície e Materiais; Medidas: 24mm x 50m; Cor: Branca; Peso 500 00g; Material: Papel Crepado. Conforme Termo de Referência			
14	30	UN	ROLO DE PELE DE CARNEIRO [23CM]. Rolo para			

			Pintura; de La Carneiro; anti -gota/respingo; Med. 23cm de Comprimento; lâ baixa Conforme Termo de Referência			
15	30	UN	ROLO DE LA DE CARNEIRO C/CABO [9CMX9MM]. Rolo para Pintura; Lâ de carneiro; anti -gota/respingo; Med. 9cm de Comprimento; Com Altura da lâ de 9mm; Com Cabo; Suporte de Aço Galvanizado; Cabo Revest. de Pvc. Conforme Termo de Referência			
16	5	UN	PROLONGADOR C/EXTENSOR TELESCOPICO [ATE 3M]. Prolongador em estrutura de chapa de alumínio extensível e ajustável; Com Rosca; Compatível C/Rodos vassouras mops escovas e Rolos de pintura; Formato Roliço C/Rosca Em Umas Das Extremidades; Extensor Telescopico até 3 Metros; Revestido Em Plastico Conforme Termo de Referência			
17	3	UN	PROLONGADOR C/EXTENSOR TELESCOPICO [ATE 5M]. Prolongador em estrutura de chapa de alumínio extensível e ajustável; Com Rosca; Compatível C/Rodos vassouras mops escovas e Rolos de pintura; Formato Roliço C/Rosca Em Umas Das Extremidades; Extensor Telescópico até 5 Metros; Revestido Em Plástico Conforme Termo de Referência			
18	20	UN	TRINCHA, FILAMENTOS SINTETICOS [1 POL]. Trincha para pinturas multiuso 1 Polegada ou 25 4mm; Cabo de Plástico; Cerdas sintéticas; Chapa de Aço para fixação das cerdas Conforme Termo de Referência			
19	30	UN	TRINCHA, FILAMENTOS SINTETICOS [2 POL]. Trincha para pinturas multiuso 2 Polegada ou aproximadamente 51mm; Cabo de Plástico; Cerdas sintéticas; Chapa de Aço para fixação das cerdas Conforme Termo de Referência			
20	20	UN	TRINCHA, FILAMENTOS SINTETICOS [3 POL]. Trincha para pinturas multiuso 3 Polegadas ou 76 2mm; Cabo de Plástico; Cerdas sintéticas; Chapa de Aço para fixação das cerdas Conforme Termo de Referência			
21	10	UN	LAPIS P/CONSTRUCAO CIVIL [180X17X10MM]. Lápis p/marceneiro/carpinteiro/pedreiro (construção civil); Em madeira e grafite; P/marcação em madeira concreto tijolos e superfícies ásperas; Formato Hexagonal; Medidas aproximadas: 180x17x10mm. Conforme Termo de Referência			
22	100	UN	LIXA D AGUA P/ PAREDE Nº 180. 1A LINHA. Lixa para Construção Civil; de Carbureto de Silício; para Acabamento (lixo D'agua); Grao 180; Em Folha; Medindo 275 x 225 Mm; para Preparação de Superfície Metálica para Pintura; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes Conforme Termo de Referência			
23	100	UN	LIXA D AGUA P/ PAREDE Nº 80. 1A LINHA. Lixa para Construção Civil; de Carbureto de Silício; para Acabamento (lixo D'agua); Grao 80; Em Folha; Medindo 275 x 225 Mm; para Preparação de Superfície Metálica para Pintura; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes Conforme Termo de Referência			
24	33	LA	TINTA LATEX, BRANCO NEVE [LATA 18L].			

			Composição: Resina acrílica modificada; Pigmentos ativos e inertes; Coalescentes; Surfactantes; Outros aditivos e água; Diluição em água; Rendimento mínimo de 110m² por demão; Branco neve; Acabamento fosco; Para ambientes internos; Lata de 18L Conforme Termo de Referência			
--	--	--	---	--	--	--

CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR LOTE - EXCLUSIVO PARA ME/EPP						
Item	Quant	Un.	Especificação	Marca	Valor Unitário	Valor Total
25	5	UN	DESEMPENADEIRA MADEIRA LISA C/CABO [14X26CM]. Desempenadeira de Madeira base Lisa 140mm x 260mm; Fabricada com madeira de lei; Seu design ergonômico c/ cabo em madeira Conforme Termo de Referência			
26	5	UN	DESEMPENADEIRA ACO, CABO EM PLASTICO [24X12CM]. Desempenadeira de aço; Tipo lisa; De 24x12cm; Com cabo de plástico. Conforme Termo de Referência			
27	10	UN	ESPATULA EM ACO INOX, CABO PLASTICO [12CM]. Espátula de aço inoxidável; Com cabo de madeira; De 12cm. Conforme Termo de Referência			

Valor total: R\$ _____ (_____)

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente deste processo licitatório, instaurado pelo Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE, que:

- 1- Aceitamos plena, total e expressamente os termos e condições do Edital, em todas as fases da licitação, e ainda assumimos inteira responsabilidade pela veracidade de cada um dos documentos apresentados, como também pela anuência das declarações na fase do credenciamento específico para este pregão, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
- 2 - Nos preços propostos estão inclusos todos os impostos, taxas e todas as demais despesas necessárias ao perfeito cumprimento da obrigação objeto da licitação em referência.
- 3 - Estamos cientes que o DMAE procederá à fiscalização da entrega dos itens, em caso de rejeição, os mesmos serão substituídos às custas da contratada;
- 4 – Manteremos a proposta pelo prazo de **90 (noventa) dias**, contados a partir da data de apresentação da proposta, sob pena das sanções previstas na *Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores*;
- 5 - Que se vencedora da licitação, na vigência do contrato, será a única responsável perante terceiros, pelos atos praticados, por seus empregados, eximindo o DMAE de quaisquer reclamações e indenizações, sendo de sua total responsabilidade cível o ressarcimento público, danos que vier a causar ao patrimônio público;
- 6 - Submetemo-nos às condições de faturamento, pagamento e outros conforme definido no Termo de Referência;
- 7-Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na **Lei n. 8.078 – Código de Defesa do Consumidor**, enquanto fornecedora do equipamento sem prejuízo das demais legislações vigentes;
- 8 - O licitante concorda que o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos **arts. 5º inc. XII, 7º inc. I, 11 e 14 da Lei 13.709/2018** às quais se submeterão para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

Assinatura da licitante:	Data:
Nome:	RG/CPF:

DADOS BANCÁRIOS

Os dados bancários para efeito de pagamento deverão ser da licitante inscrita no CNPJ/MF e endereço fornecido na documentação de habilitação e proposta, não sendo possível a substituição dos mesmos.

Banco	Código Banco
Agência	Conta Corrente
Operação (se na Caixa)	Corrente/Poupança

DADOS DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA EMPRESA

Dados para identificação do(s) representante(s) legal(ais) da empresa que assinará(ão) o termo de Contrato, conforme consta no Contrato Social ou Procuração (se for anexar a mesma), caso esta empresa seja a vencedora do referido certame licitatório. O termo de Contrato incluirá apenas o nome completo e cargo do representante legal.

Nome:	Profissão:
Nacionalidade:	Estado Civil:
Identidade/Órgão/Data emissão:	CPF/MF:
Endereço completo:	Cidade:
Cargo/função:	
Nome:	Profissão:
Nacionalidade:	Estado Civil:
Identidade/Órgão/Data emissão:	CPF/MF:
Endereço completo:	Cidade:
Cargo/função:	

Nome Arquivo: 4. Modelo de Proposta.pdf

Documento assinado de forma digital por FABIO GUILHERME DEPIN

Certificado: **IBljANBg***wERFbJjZ**ZdpPj*****DAQAB**

Data: 12/12/2025 16:47:33

Documento assinado de forma digital por Rodrigo Sávio Couto de Lacerda

Certificado: **IBljANBg***vAxhEFr1**15B/J*****DAQAB**

Data: 12/12/2025 17:06:16



20251237818NEC/PAG

ANEXO 05**MINUTA DE INSTRUMENTO CONTRATUAL PARA
AQUISIÇÃO DE MATERIAIS QUE ENTRE SI CELEBRAM O
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 338/2025
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº****CLÁUSULA PRIMEIRA - PARTES E FUNDAMENTO**

1.1 - CONTRATANTE: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - DMAE, com sede nesta cidade de Uberlândia, na Avenida Rondon Pacheco nº 6400, Bairro Tibery, inscrito no CNPJ sob nº 25.769.548/0001-21, neste ato representado pelo **Diretor-Geral, Rodrigo Sávio Couto de Lacerda** (no uso de suas atribuições legais, por delegação de poderes na forma do Decreto s/nº publicado no DOM nº 7060 de 10 de março de 2025, pelo Decreto nº 21.567 de 1º de janeiro de 2025 e alterações posteriores) e pelo **Diretor Administrativo, Fábio Guilherme Depin** (no uso de suas atribuições legais, na forma da Portaria nº 058 publicada no DOM nº 7036 de 3 de fevereiro de 2025), ambos brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade.

1.2 – CONTRATADO:

1.3 – FUNDAMENTO: A presente contratação decorre da Licitação Pregão Eletrônico nº 338/2025, homologada em __/__/__, fundamentada na Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 20.154, de 1º de fevereiro de 2023 e demais normas pertinentes, bem como pelas disposições contidas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E PREÇOS

2.1 – OBJETO: Contratação de empresa para **aquisição de materiais para pintura**, em atendimento à Diretoria Administrativa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas Termo de Referência e seus anexos, bem como nas especificações abaixo:

2.2 - Objeto da contratação:

CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR ITENS						
Item	Quant	Un.	Especificação	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	32	LA	TINTA ACRILICA P/PISO, COR CINZA MEDIO [LATA 18L]. Tinta acrílica p/pisos e pavimentos; Cobertura de aprox. 400m²/lata/demão; Base de Dispersão Aquosa de Copolímero Estireno-acrílico; acabamento fosco; antiderrapante; resistente à abrasão e intempéries; Cor Cinza médio; Lata 18L Conforme Termo de Referência			
02	55	LA	TINTA LATEX PREMIUM, BRANCO GELO [LATA 18L]. Composição: Resina Acrilica Modificada; Pigmentos Ativos e Inertes Coalescentes Surfactantes Outros Aditivos e Agua; Diluicao Em Agua; Rendimento Min: 54m2 Por Demao; Branco Gelo; Acabamento Fosco; p/Ambientes			

			Internos; Lata 18L Conforme Termo de Referência			
03	55	LA	TINTA LATEX PREMIUM, AZUL PROFUNDO [LATA 18L]. Composição: Resina Acrilica Modificada; Pigmentos Ativos e Inertes Coalescentes Surfactantes Outros Aditivos e Agua; Diluicao Em Agua; Rendimento Min: 54m2 Por Demao; azul profundo; Acabamento Fosco; p/Ambientes Internos; Lata 18L Conforme Termo de Referência			
04	21	GL	TINTA ESMALTE SINTETICO; AMARELO OURO [GALAO 3,6L]. Base: Resina Acrilica Pigmentos Ativos e Inertes Coalescentes Outros Aditivos e Agua; Diluente: Agua; S/Cheiro; Uso Interno e Externo p/Superficies Metalicas Galvanizadas Madeira e Alvenaria; Rendimento Min: 25M2/demao; amarelo ouro; Acab.Acetinado Conforme Termo de Referência			
05	14	GL	TINTA ESMALTE SINTETICO, BRANCO [GALAO 3,6L]. Base: Resina Acrilica Pigmentos Ativos e Inertes Coalescentes Outros Aditivos e Agua; Diluente: Agua; S/Cheiro; Uso Interno e Externo p/Superficies Metalicas Galvanizadas Madeira e Alvenaria; Rendimento Min: 25M2/demao; Branca; Acab.Acetinado Conforme Termo de Referência			
06	14	GL	TINTA ESMALTE, BASE D'AGUA, BRANCO GELO [3,6L]. Categoria Premium; Brilhante; Rend.acabado mín.ou superior a 70m²; Base: Resina Acrilica Pigmentos Ativos/Inertes; Coalescentes Outros Aditivos e Água; Diluente Água; S/Cheiro; Uso Interno/Externo p/Superficies Metálicas Galvanizadas Madeira e Alvenaria Conforme Termo de Referência			
07	14	GL	TINTA ESMALTE, BASE AGUA, AZUL FRANCA [GALAO 3,6L]. Base: Resina Acrilica Pigmentos Ativos e Inertes Coalescentes Outros Aditivos e Água; Diluente: Água; S/Cheiro;Uso Interno e Externo p/Superficies Metalicas Galvanizadas Madeira e Alvenaria; Rendimento Min: 70M²/demao;azul França; Acab.Acetinado Conforme Termo de Referência			
08	6	GL	TINTA ESMALTE SINTETICO, PRETO FOSCO [GL 3,6L]. Base: Resina Acrilica Pigmentos Ativos e Inertes Coalescentes Outros Aditivos e Agua; Diluente: Agua; Sem Cheiro; Uso Interno e Externo para Superficies Metalicas Galvanizadas Madeira e Alvenaria; Rendimento Min: 25M2/demao; preta; Acab.Acetinado Conforme Termo de Referência			
09	6	GL	TINTA ESMALTE, SINTETICA, VERMELHA [GALAO 3,6L]. Base: Resina Acrilica Pigmentos Ativos e Inertes Coalescentes Outros Aditivos e Agua; Diluente: Agua; Sem Cheiro; Uso Interno e Externo para Superficies Metalicas Galvanizadas Madeira e Alvenaria; Rendimento Min: 25M2/demao; vermelha; Acab.Acetinado Conforme Termo de Referência			
10	30	GL	THINNER MULTIUSO [GALAO 5L]. Thinner; Tipo Diluente; Composto de Acetato de Butila Acetato de Etila Metiletilcetona; Liquido Claro; Odor Nao Perceptivel; para Retoque para Aplicacao Em Verniz; Conforme Norma Nbr / Abnt 7500 Conforme Termo de Referência			

11	20	LA	AGUARRAS SOLVENTE [LATA 5L]. Cor: Incolor; Litragem: 5 litros; Composto de hidrocarbonetos alifáticos. Isso confere um desempenho eficiente na solvência Ideal para diluição de esmaltes sintéticos tintas a óleo vernizes e complementos em resina alquídica; Baixo odor Conforme Termo de Referência			
12	15	UN	FITA CREPE, BRANCA [48MMX50M]. Fita adesiva branca Ótima adesão a diversos tipos de superfície e materiais Medidas: 48mm x 50m Cor: Branca Peso 0 190kg Conforme Termo de Referência			
13	15	UN	FITA CREPE, BRANCA [24MMX50M]. Fita Adesiva Branca; Ótima Adesão A Diversos Tipos de Superfície e Materiais; Medidas: 24mm x 50m; Cor: Branca; Peso 500 00g; Material: Papel Crepado. Conforme Termo de Referência			
14	30	UN	ROLO DE PELE DE CARNEIRO [23CM]. Rolo para Pintura; de La Carneiro; anti -gota/respingo; Med. 23cm de Comprimento; lâ baixa Conforme Termo de Referência			
15	30	UN	ROLO DE LA DE CARNEIRO C/CABO [9CMX9MM]. Rolo para Pintura; Lã de carneiro; anti -gota/respingo; Med. 9cm de Comprimento; Com Altura da lâ de 9mm; Com Cabo; Suporte de Aço Galvanizado; Cabo Revest. de Pvc. Conforme Termo de Referência			
16	5	UN	PROLONGADOR C/EXTENSOR TELESCOPICO [ATE 3M]. Prolongador em estrutura de chapa de alumínio extensível e ajustável; Com Rosca; Compatível C/Rodos vassouras mops escovas e Rolos de pintura; Formato Roliço C/Rosca Em Umas Das Extremidades; Extensor Telescopico até 3 Metros; Revestido Em Plastico Conforme Termo de Referência			
17	3	UN	PROLONGADOR C/EXTENSOR TELESCOPICO [ATE 5M]. Prolongador em estrutura de chapa de alumínio extensível e ajustável; Com Rosca; Compatível C/Rodos vassouras mops escovas e Rolos de pintura; Formato Roliço C/Rosca Em Umas Das Extremidades; Extensor Telescópico até 5 Metros; Revestido Em Plástico Conforme Termo de Referência			
18	20	UN	TRINCHA, FILAMENTOS SINTETICOS [1 POL]. Trincha para pinturas multiuso 1 Polegada ou 25 4mm; Cabo de Plástico; Cerdas sintéticas; Chapa de Aço para fixação das cerdas Conforme Termo de Referência			
19	30	UN	TRINCHA, FILAMENTOS SINTETICOS [2 POL]. Trincha para pinturas multiuso 2 Polegada ou aproximadamente 51mm; Cabo de Plástico; Cerdas sintéticas; Chapa de Aço para fixação das cerdas Conforme Termo de Referência			
20	20	UN	TRINCHA, FILAMENTOS SINTETICOS [3 POL]. Trincha para pinturas multiuso 3 Polegadas ou 76 2mm; Cabo de Plástico; Cerdas sintéticas; Chapa de Aço para fixação das cerdas Conforme Termo de Referência			
21	10	UN	LAPIS P/CONSTRUCAO CIVIL [180X17X10MM]. Lápis p/marceneiro/carpinteiro/pedreiro (construção civil); Em madeira e grafite; P/marcação em madeira concreto tijolos e			

			superfícies ásperas; Formato Hexagonal; Medidas aproximadas: 180x17x10mm. Conforme Termo de Referência			
22	100	UN	LIXA D AGUA P/ PAREDE Nº 180. 1A LINHA. Lixa para Construção Civil; de Carbureto de Silício; para Acabamento (lixo D'água); Grao 180; Em Folha; Medindo 275 x 225 Mm; para Preparação de Superfície Metálica para Pintura; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes Conforme Termo de Referência			
23	100	UN	LIXA D AGUA P/ PAREDE Nº 80. 1A LINHA. Lixa para Construção Civil; de Carbureto de Silício; para Acabamento (lixo D'água); Grao 80; Em Folha; Medindo 275 x 225 Mm; para Preparação de Superfície Metálica para Pintura; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes Conforme Termo de Referência			
24	33	LA	TINTA LATEX, BRANCO NEVE [LATA 18L]. Composição: Resina acrílica modificada; Pigmentos ativos e inertes; Coalescentes; Surfactantes; Outros aditivos e água; Diluição em água; Rendimento mínimo de 110m² por demão; Branco neve; Acabamento fosco; Para ambientes internos; Lata de 18L Conforme Termo de Referência			

CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR LOTE						
Item	Quant	Un.	Especificação	Marca	Valor Unitário	Valor Total
25	5	UN	DESEMPENADEIRA MADEIRA LISA C/CABO [14X26CM]. Desempenadeira de Madeira base Lisa 140mm x 260mm; Fabricada com madeira de lei; Seu design ergonômico c/ cabo em madeira Conforme Termo de Referência			
26	5	UN	DESEMPENADEIRA ACO, CABO EM PLASTICO [24X12CM]. Desempenadeira de aço; Tipo lisa; De 24x12cm; Com cabo de plástico. Conforme Termo de Referência			
27	10	UN	ESPATULA EM ACO INOX, CABO PLASTICO [12CM]. Espátula de aço inoxidável; Com cabo de madeira; De 12cm. Conforme Termo de Referência			

2.3 - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1 - Termo de referência das requisições nº 4555 e 4967/2025;

2.3.2 - O Edital da Licitação;

2.3.3 - A Proposta da contratada;

2.3.4 - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2.4 - Em caso de divergência entre este instrumento e as disposições do Termo de Referência, prevalecerá o disposto no Termo de Referência.

2.5 - O valor total/global estimado da contratação é de R\$ (...).

2.6 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.7 - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos, com observância dos valores unitários definidos na proposta comercial da empresa.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1 – O prazo de vigência da contratação é da data de assinatura do contrato até 31 de dezembro 2025, na forma do art. 105 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

3.1.1 - Em se tratando de contratação que estabeleça a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3.1.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante apostilamento.

3.1.3 - Os casos de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão de contrato deverão ser devidamente formalizados e motivados através de Termo de Suspensão indicando a data de suspensão do cronograma de execução.

3.2 - A eficácia do contrato se opera a partir da publicação do mesmo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

3.2.1 - A execução contratual só poderá se iniciar após a publicação referida no subitem anterior.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1 – O regime de execução contratual, condições de entrega, os modelos de gestão e fiscalização do objeto constam no Termo de Referência anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1 - O prazo para pagamento e demais condições referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6.2 – Poderá haver retenção na fonte do Imposto de Renda - IR, nos termos do Decreto Municipal nº 20.086/2022 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 1234/2012, e suas alterações, da Receita Federal.

6.3 – As notas fiscais deverão ser emitidas em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa nº 1234/2012, e suas alterações, da Receita Federal,

conforme dispõe o Decreto Municipal nº 20.086/2022, sob pena de não aceitação por parte da Contratante.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da consolidação do orçamento estimado, qual seja, em **03/12/2025**.

7.2 - Os preços iniciais serão reajustados, mediante critérios estabelecidos no Termo de Referência, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 - Havendo reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, ocorrerá a modificação da data-base definida na cláusula 7.1 deste instrumento, passando a mesma a coincidir com a data da revisão do preço, sendo que os próximos reajustamentos anuais serão considerados a partir de então.

7.4 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento definido no Termo de Referência, caso solicitado pelo contratado, poderá o contratante pagar ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 - O reajuste será realizado, em regra, por apostilamento.

7.9 - A decisão sobre o pedido de reajustamento deve ser proferida no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da data da solicitação.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 - São obrigações do Contratante:

8.1.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3 - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto executado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5 - Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

8.1.6 - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.1.7 - Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8 - Cientificar o órgão de representação judicial, quando for o caso, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9 - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive sobre eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.9.1 - Deverá ser observado o prazo de 01 (um) mês, contado da data do protocolo do requerimento, fixado no art. 112 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023, caso não haja disposição legal ou prazo específico estabelecido no Termo de Referência, sendo admitida a prorrogação uma vez, por igual período, desde que motivado;

8.1.10 - Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.11 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1 - Entregar o objeto nas quantidades, prazos e condições pactuadas, acompanhado do manual, folders, catálogo, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;

9.1.1.1 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990);

9.1.2 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3 - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.4 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6 - Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

9.1.7 - Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação.

9.1.7.1 - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8 - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.9 - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quando não for definido prazo diverso no Termo de Referência, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.1.9.1 - Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso não tenha sido fixado prazo diverso no Termo de Referência;

9.1.10 - Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.11 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

9.1.11.1 - Quando solicitado, comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

9.1.12 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inc. II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

9.1.13 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.1.14 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.15 - Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato, quando aplicável;

9.1.16 - Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do termo de referência ou instrumento congênere.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES

ADMINISTRATIVAS

11.1 - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações descritas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e, ainda, de qualquer outro descumprimento de cláusula editalícia, contratual ou da legislação referente à licitações e contratações públicas.

11.2 - Na aplicação das sanções, além das disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deverão ser observados os procedimentos dispostos no Decreto nº 20.154, de 2023.

11.3 - Na aplicação das sanções, conforme resultado apurado em procedimento administrativo, em que sejam oportunizados a ampla defesa e o contraditório, serão

considerados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a natureza e a gravidade da infração, os danos que o cometimento da infração ocasionar à Administração Pública, ao serviço e aos usuários, a vantagem auferida em virtude da infração, as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do licitante ou contratado.

11.4 - A cobrança de eventual valor referente às multas aplicadas será realizada nos termos do artigo 137 do Decreto nº 20.154, de 2023, caso não tenham sido estabelecidas outras hipóteses de multa no Termo de Referência.

11.5 - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa e, na hipótese de cumulação, serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.

11.5.1 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente nos termos da legislação municipal pertinente.

11.6 - A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação do Contratado de indenizar integralmente eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

11.7 - As sanções aplicadas serão informadas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ou outro que vier a substituí-los, nos termos do artigo 161 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.8 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos no Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.1.1 - Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.1.2 - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

12.2 - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1 - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1 - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.3.1 - Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2 - Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3 - De indenizações e multas.

12.4 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, conforme art. 131, *caput*, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual deste exercício, na seguinte dotação orçamentária: **17.01.17.122.7001.2.381.3.3.90.30 - Material de Consumo - Diretoria Administrativa.**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

14.1 - A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018, durante ou após o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

14.2 - A Contratada obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando à segurança, à proteção, à confidencialidade e ao sigilo de toda informação, dados pessoais e ou base de dados a que se tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidente, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

14.3 - A Contratada deve assegurar-se de que seus colaboradores, subcontratados e consultores, veículos e ou prestadores de serviços, que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e ou conhecimento da informação e ou dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

14.4 - A Contratada não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto neste instrumento contratual.

14.5 - A Contratada não poderá disponibilizar e ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto neste instrumento contratual.

14.6 - A Contratada deverá notificar, imediatamente, o Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e ou base de dados.

14.7 - A notificação não eximirá a Contratada das obrigações e ou sanções que possam incidir em razão das hipóteses descritas no subitem anterior.

14.8 - A Contratada que descumprir os termos da Lei Federal nº 13.709/2018, durante ou após a execução do objeto deste Contrato, fica obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

14.9 - O dever de proteção, sigilo e confidencialidade e as demais obrigações descritas na presente cláusula/item permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a Contratada e o Contratante, bem como entre a Contratada e os seus colaboradores, subcontratados e consultores, veículos e ou prestadores de serviços.

14.10 - O não cumprimento de qualquer das obrigações descritas nesta cláusula/item sujeitará a Contratada a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações administrativas, cíveis e penais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

15.1 - Cláusula Anticorrupção: A Contratada declara conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação, em especial a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e o Decreto Municipal nº 18.389/2019, comprometendo-se a cumpri-las fielmente, tanto por si quanto por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por ela contratados.

15.2 - As partes do contrato comprometem-se a manter uma conduta ética, honesta e transparente durante toda vigência do contrato.

15.3 - A Contratada assume as seguintes obrigações:

a) Não oferecer ou prometer vantagens indevidas a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas, com o intuito de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;

b) Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados;

c) Não empregar trabalho escravo ou infantil, salvo nos casos legalmente admitidos;

d) Participar de treinamentos oferecidos pela Contratante relacionados à lei anticorrupção ou políticas internas de integridade.

15.4 - A Contratada tem a obrigação de comunicar imediatamente à Contratante, por escrito, caso tome conhecimento de que algum pagamento impróprio realizado, direta ou indiretamente, por um de seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1 - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, no Decreto Municipal nº 20.154, de 2023 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

17.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

17.2 - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1 - Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei Federal nº 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ASSINATURA ELETRÔNICA

19.1 - As partes expressamente concordam que este contrato poderá ser assinado digitalmente. Nessa hipótese, por força da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020 que fica desde já estabelecido que (i) será válida e plenamente eficaz qualquer modalidade de assinatura

eletrônica prevista em lei e (ii) ficam dispensadas as assinaturas das testemunhas quando a integridade das assinaturas das partes for conferida por provedor de assinaturas. A data de assinatura desse documento será a data em que a última assinatura digital ocorrer.

19.2 - E por estarem plenamente acordes com todas as cláusulas e condições assinam as partes este instrumento assinado eletronicamente, para que produzam seus efeitos jurídicos, comprometendo-se a cumprir o presente tão inteira e fielmente como nele se contém.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO

20.1 - Fica eleito o Foro deste Município de Uberlândia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Uberlândia, na data da assinatura eletrônica.

Nome Arquivo: 5. Minuta de contrato.pdf

Documento assinado de forma digital por FABIO GUILHERME DEPIN

Certificado: **IBljANBg***wERFbJjZ**ZdpPj*****DAQAB**

Data: 12/12/2025 16:47:33

Documento assinado de forma digital por Rodrigo Sávio Couto de Lacerda

Certificado: **IBljANBg***vAxhEfr1**15B/J*****DAQAB**

Data: 12/12/2025 17:06:16



20251237818NEC/PAG

Vistado de forma eletrônica por:

Gislene Guimarães Pereira - SUPERVISOR
DMAE - Departamento Municipal de Água e Esgoto
Data: 12/12/2025 16:44:24



20251237818NEC/PAG